ECONSTOR
*Make Your Publications Visible.*

A Service of

ZBW Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft
Leibniz Information Centre for Economics

Mendes, Constantino Cronemberger et al.

**Working Paper**

# A Paraíba no contexto nacional, regional e interno

Texto para Discussão, No. 1726

**Provided in Cooperation with:**
Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

*Suggested Citation:* Mendes, Constantino Cronemberger et al. (2012) : A Paraíba no contexto nacional, regional e interno, Texto para Discussão, No. 1726, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:
https://hdl.handle.net/10419/91181

**Standard-Nutzungsbedingungen:**

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

**Terms of use:**

*Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.*

*You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.*

*If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.*

WWW.ECONSTOR.EU

Mitglied der Leibniz-Gemeinschaft

1726
TEXTO PARA DISCUSSÃO

ipea

# A PARAÍBA NO CONTEXTO NACIONAL, REGIONAL E INTERNO

Constantino Cronemberger Mendes
Ignácio Tavares de Araújo Júnior
Anna Paola Fernandes
Diego Mendes Lyra
Geraldo Lopes de Oliveira
Carlos Gonçalo de Oliveira
Neuma Benigno da Silva

ipea 47 anos
Por um Brasil desenvolvido

1726

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Rio de Janeiro, abril de 2012

# A PARAÍBA NO CONTEXTO NACIONAL, REGIONAL E INTERNO

Constantino Cronemberger Mendes*
Ignácio Tavares de Araújo Júnior**
Anna Paola Fernandes**
Diego Mendes Lyra***
Geraldo Lopes de Oliveira****
Carlos Gonçalo de Oliveira****
Neuma Benigno da Silva****

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, ex-representante do Ipea na região Nordeste (coordenador).
** Ex-bolsista da representação do Ipea na região Nordeste e professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
*** Ex-bolsista da representação do Ipea na região Nordeste e professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
**** Técnico do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (Ideme).

**Governo Federal**

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**
**Ministro** Wellington Moreira Franco

**ipea** **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**
Marcio Pochmann

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**
Geová Parente Farias

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto**
Marcos Antonio Macedo Cintra

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**
Alexandre de Ávila Gomide

**Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas**
Vanessa Petrelli Corrêa

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**
Francisco de Assis Costa

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura**
Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**
Jorge Abrahão de Castro

**Chefe de Gabinete**
Fabio de Sá e Silva

**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**
Daniel Castro

URL: http://www.ipea.gov.br
Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

# Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1415-4765

JEL: R1, R10, R11, R12

# SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO ..... 7

2 A PARAÍBA NOS CONTEXTOS NACIONAL E REGIONAL ..... 8

3 A PARAÍBA NO CONTEXTO INTERNO ..... 44

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 63

REFERÊNCIAS ..... 66

ANEXO ..... 67

## SINOPSE

A economia paraibana, assim como a brasileira, tem passado nos últimos anos por importantes transformações em sua estrutura produtiva e social. Este trabalho visa descrever tal processo de mudança recente não só destacando a economia paraibana como um todo e sua relação com a economia regional e nacional, mas também buscando combinar uma visão da estrutura demográfica e produtiva estadual, demonstrando as possíveis heterogeneidades internas, na medida em que são feitos cruzamentos entre os dados populacionais, setoriais-produtivos e de emprego com as regionalizações geoadministrativas do estado. Os dados apresentados mostram uma Paraíba com taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) anual superior às médias regional e nacional, porém com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ainda bastante inferior às mesmas esferas. Na área da educação, o estado mostrou avanços notáveis, em particular no ensino fundamental, cuja frequência escolar se aproxima dos 100%. No entanto, o nível de escolarização da população do estado ainda fica abaixo das médias nacional e regional. A dinâmica setorial favorece a prevalência dos serviços e da indústria, com a participação do emprego reafirmando a queda da parcela na agricultura. O exame dos fluxos comerciais interestadual e externo revela seu estado deficitário, concentrado em poucos produtos, em suas exportações, e com teor de maior valor agregado e diversificação em suas importações. Do ponto de vista interno, a população, a atividade produtiva e o emprego são fortemente concentrados em duas regiões geoadministrativas: João Pessoa e Campina Grande. Através do uso de quocientes locacionais, foi possível identificar tendências de especialização na indústria e no setor serviços em algumas das regiões geoadministrativas. A análise diferencial estrutural fornece subsídios adicionais sobre os componentes do crescimento das economias que compõem a Paraíba. Por fim, os dados sobre o mercado de trabalho dos municípios paraibanos revelam diferenças tanto na qualificação, como nas remunerações pagas.

Palavras-chave: Paraíba, análise regional-setorial, indicadores de localização e diferenciais-estruturais.

## ABSTRACT[i]

The economy of Paraíba has changed is productive and social structure. This paper aims to describe this process highlighting the recent economic changes and its relationship with regional and national economy. The demographic and productive structures demonstrate the possible internal heterogeneities, in terms of population, sector and production. The data show a rate of growth of Gross Domestic Product (GDP) higher than the average annual regional and national levels, but with a Human Development Index (HDI) is still considerably less than the same spheres. In education, the State has show remarkable progress, particularly in elementary school, whose attendance approaching 100%. However, the level of schooling the state's population is still below the national and ergional averages. The sector dynamics are services and industry, with the share of employment arising and, on the other hand, showing the fall of the share in agriculture sector. The examination of intersate and foreign trade flows reveals is deficit, concentrated in a few products exported and higher value added and diversification in its imports. From the internal point of view, population, production activity and employment are highly concentrated in two (or three) regions, particularly João Pessoa (capital) and Campina Grande. Through the use of location quotients, it was possible to identify of specialization in industry and services sector and some internal regions. The gap analysis provides additional insight on the structural components of the growht of the Paraíba's regions. Finally, data on the labor market of Paraíba municipalities reveal differences both in qualifying and salaries.



Keywords: Paraíba, regional-sectoral analysis, differential-structural indicators.


i. *The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's editorial department.*
As versões em língua inglesa das sinopses (*abstracts*) desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo sobre a Paraíba apresenta o primeiro resultado do trabalho conjunto de uma equipe interinstitucional que compreende representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), na região Nordeste, e do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (Ideme). O objetivo aqui é descrever e analisar a realidade socioeconômica recente da economia da Paraíba, cotejando os dados estaduais com os observados na região Nordeste e no Brasil e, do ponto de vista intraestadual, objetiva-se apresentar indicadores econômicos relevantes das 12 regiões geoadministrativas do estado, tais como, Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, valor adicionado, arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), entre outros. Trata-se de um diagnóstico, mas sua originalidade advém de uma visão setorial-territorial da dinâmica socioeconômica estadual. Ou seja, analisa-se não somente a economia paraibana como um todo e sua relação com a economia regional e nacional, mas também busca-se combinar uma visão da estrutura demográfica e produtiva interna, demonstrando as possíveis heterogeneidades, na medida em que são feitos cruzamentos entre os dados populacionais, setoriais-produtivos e de emprego com as regionalizações geoadministrativas do estado.

Esta análise permite, assim, compreender melhor a dinâmica da economia paraibana, que se reflete no seu comportamento regional e nacional. Ou seja, trata-se de uma análise a partir de uma visão espacial-produtiva. Nesse sentido, permite-se um reconhecimento das dificuldades e potencialidades internas para a execução de ações públicas e privadas com vistas ao desenvolvimento estadual. Permite-se, ainda, uma orientação sobre as ações passíveis de serem implantadas pelo setor privado e pelo poder público para a dinamização e o desenvolvimento do estado. Em acordo aos preceitos analíticos e teóricos recentes, sabe-se da importância da rede urbana e do papel dos principais núcleos urbanos no processo de dinamização regional e produtiva, seja do ponto de vista local ou estadual, seja do ponto de vista regional ou nacional.

O estudo está dividido em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção faz uma análise macrorregional do estado e dos seus principais indicadores socioeconômicos comparados à região Nordeste e ao Brasil. A terceira trata dos aspectos internos ao estado, por região administrativa; e a quarta conclui o trabalho.

## 2 A PARAÍBA NOS CONTEXTOS NACIONAL E REGIONAL

O Estado da Paraíba ocupa 0,7% do território brasileiro; a 20ª posição em extensão territorial entre os 27 estados e o Distrito Federal do país e 3,6% do território nordestino ou a 6ª colocação em extensão territorial entre os 9 estados da região Nordeste. Cerca de 90% do seu território está localizado na região Semiárida nordestina ou na área denominada Polígono das Secas (IDEME, 2008). As condições geográficas e ambientais do estado favorecem algumas culturas e atividades econômicas, ao mesmo tempo em que limitam outras sem uma adequada intervenção tecnológica e inovativa.

A história paraibana é semelhante à do Nordeste em geral, com sua evolução econômica e social estruturada no seu território que vai do litoral ao interior, definindo sua distribuição populacional e produtiva atual em torno de seus 223 municípios. O estado é dividido em quatro mesorregiões e 23 microrregiões geográficas (IBGE, 2010). Não obstante essa divisão oficial, é possível encontrar diversas outras propostas de divisões regionais do estado (MPOG/CGEE, 2008; IBGE, 2009; IPEA/IBGE/UNICAMP, 2002), em particular, a geoadministrativa (IDEME, 2008), que será considerada referência para a análise feita neste estudo. Apesar dessa escolha, serão realizadas relações com os outros estudos citados.

O processo histórico paraibano envolveu a consolidação de alguns núcleos urbanos principais,[1] como referido inicialmente, no litoral e na Zona da Mata: João Pessoa, capital do estado e capital regional nível A (IBGE, 2010a); Bayeux, Santa Rita e Cabedelo, compreendidas na mesorregião da Zona da Mata; no Agreste ou mesorregião do Agreste, Campina Grande, capital regional nível B (IBGE, 2010a); e no Sertão ou mesorregião do Sertão: Patos, Sousa e Cajazeiras, centros sub-regionais (IBGE, 2010a).[2] Essa configuração da rede urbana estadual permite, de um lado, avaliar os fluxos de bens e serviços entre os diversos núcleos principais e, de outro, avaliar a distribuição e a dinâmica populacional e produtiva, da infraestrutura urbana e de transportes, entre outros elementos, dentro do estado.

Os principais temas estudados pela macroeconomia envolvem a produção, o emprego/desemprego, os preços e o comércio internacional. Com exceção do

1. Essa caracterização está de acordo com diversos estudos sobre a rede urbana regional, tais como: Ipea/IBGE/UNICAMP (2002), IBGE (2009) e MPOG/CGEE (2008).
2. Em um nível de centralidade urbana inferior na mesorregião da Borborema surge o município de Monteiro.

terceiro tema (preços), que numa análise estadual não tem base analítica, haja vista a disponibilidade de dados apenas para a região metropolitana (RM), os demais temas serão objeto de análise, complementados por outros elementos associados a questões demográficas, territorial ou regional, de educação, renda, crescimento e desenvolvimento econômico, entre outras.

Os dados que serão analisados nas próximas seções revelam a predominância daqueles centros urbanos na economia paraibana e sua região de entorno (João Pessoa, Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras). Seguindo a organização e a dinâmica da estrutura produtiva estadual, a população também se distribui e se movimenta internamente e para fora do estado (fluxo migratório). Esse movimento populacional acompanha a dinâmica produtiva e comercial em nível local, estadual, regional, nacional e mesmo internacional. Ao mesmo tempo, essas dinâmicas associam-se com as condições criadas no mercado de trabalho, na quantidade e na qualidade de sua mão de obra, neste caso, sendo a base educacional considerada referência para a análise.

• Taxa de crescimento do PIB *versus* Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

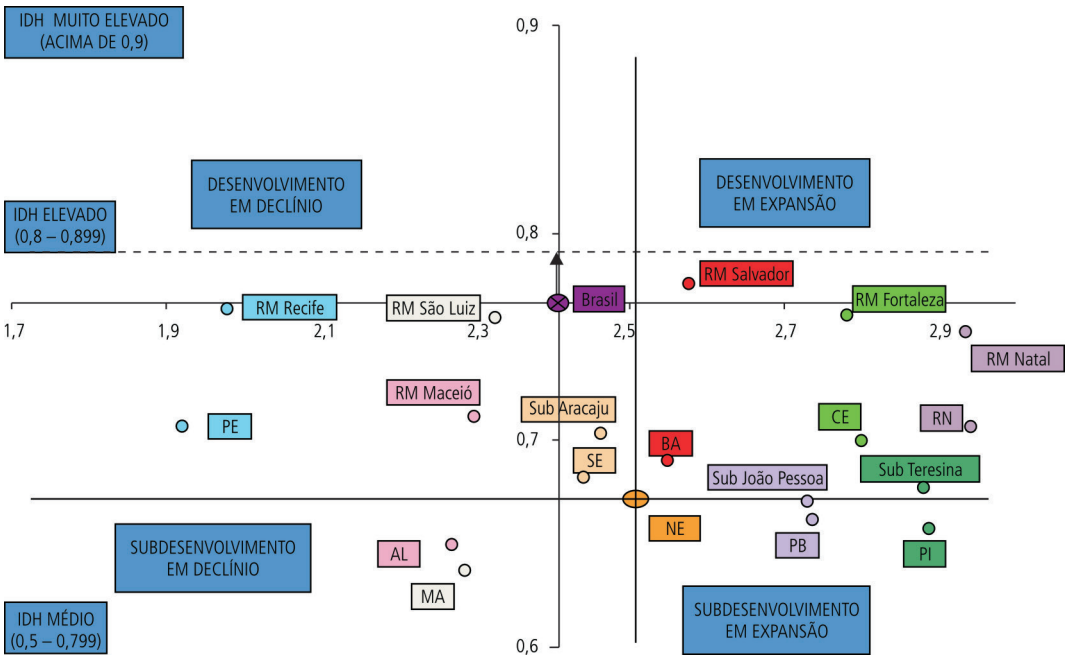
Uma visão geral entre o crescimento e o desenvolvimento humano da Paraíba, do Nordeste e do país pode ser encontrada no gráfico 1. Ele compreende uma relação entre a taxa anual de crescimento econômico (do PIB) no período 1995-2005 (no eixo *x*, da abscissa) e o IDH[3] de 2005 (no eixo *y*, da ordenada). Essa relação abrange, assim, quatro quadros ou quadrantes distintos: o superior-direito, que compreende situação de desenvolvimento em expansão; o superior-esquerdo, de desenvolvimento em declínio; o inferior-direito, que reflete uma situação de subdesenvolvimento em expansão; e, finalmente, o quadrante inferior-esquerdo, que reflete o pior caso, de subdesenvolvimento com declínio.

É possível observar, a partir deste gráfico, todos os estados da região Nordeste em cada uma dessas situações, comparados à média regional e nacional. Neste caso, o país obteve um crescimento anual de 2,4% no período, ao mesmo tempo em que se desloca para uma situação de IDH elevado, este considerado a partir do nível 0,8. O segundo centro é a posição do Nordeste, que está numa condição de subdesenvolvimento em

3. O IDH é composto das dimensões renda, educação e saúde e é publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU).

expansão, do ponto de vista nacional, ou seja, reflete um crescimento médio acima da média nacional, mas com IDH abaixo do país (abaixo de 0,7 e acima de 0,5). A partir desses dois centros, pode-se perceber a situação de cada estado da região e, em particular, de suas capitais que, ao separar a informação, permite perceber suas condições (superiores) ao do estado como um todo.

GRÁFICO 1
**Nordeste e estados: IDH de 2005 *versus* taxa de crescimento do PIB – 1995-2005**




Fontes: IBGE e PNUD.

Percebe-se que o crescimento paraibano no período se encontra acima da média regional (2,7 contra 2,5), mas o estado apresenta um IDH médio inferior ao regional, o que permite classificá-lo numa situação de subdesenvolvimento em expansão. Destaca-se que a situação da capital (João Pessoa) é um pouco distinta do estado como um todo; tanto o seu crescimento foi superior à média estadual quanto o seu IDH aproxima-se da média regional. Isso demonstra a necessidade de uma análise mais detalhada da dinâmica estadual, o que será feito nas próximas seções.

## 2.1 POPULAÇÃO, FLUXO MIGRATÓRIO E EDUCAÇÃO

• População

A população do Estado da Paraíba é de 80% (quase o dobro) da de Sergipe, 25% do total da Bahia, 40% do total do Ceará e de Pernambuco e 60% do total do Maranhão (tabela 1). Enquanto sua parcela populacional no total da região se manteve praticamente constante (7%), a mesma teve bastante variação em relação aos demais estados, em geral no sentido de redução. Como será tratado com mais detalhe na próxima seção, sua população urbana alcança pouco mais de 70% do total populacional, sendo que 37%[4] desse total estão concentrados nos cinco maiores núcleos urbanos do estado (IDEME, 2008): João Pessoa, Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras.

TABELA 1
**Paraíba: população da região Nordeste e dos estados – 2002-2010**
(Em %)

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nordeste | 7,1 | 7,1 | 7,1 | 7,0 | 7,0 | 7,1 | 7,0 | 7,0 | 7,0 |
| Maranhão | 60,0 | 59,6 | 59,3 | 58,9 | 58,6 | 59,5 | 59,4 | 59,2 | 59,1 |
| Piauí | 120,4 | 120,1 | 119,9 | 119,6 | 119,3 | 120,1 | 120,0 | 119,9 | 119,8 |
| Ceará | 45,4 | 45,1 | 44,7 | 44,4 | 44,1 | 44,5 | 44,3 | 44,1 | 43,9 |
| Rio Grande do Norte | 122,0 | 121,2 | 120,5 | 119,7 | 119,0 | 120,8 | 120,5 | 120,2 | 119,9 |
| Paraíba | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Pernambuco | 43,1 | 43,0 | 42,9 | 42,7 | 42,6 | 42,9 | 42,9 | 42,8 | 42,7 |
| Alagoas | 120,7 | 120,2 | 119,7 | 119,2 | 118,8 | 119,9 | 119,7 | 119,5 | 119,2 |
| Sergipe | 188,0 | 186,2 | 184,4 | 182,7 | 181,1 | 187,8 | 187,2 | 186,7 | 186,2 |
| Bahia | 26,2 | 26,1 | 26,1 | 26,0 | 26,0 | 25,9 | 25,8 | 25,8 | 25,7 |

Fonte: IBGE (2009).

• Fluxo migratório

Um resultado importante da dinâmica populacional da Paraíba refere-se ao saldo de migração com os demais estados da região. O fluxo migratório estadual entre 2002 e 2008 (tabela 2) apresenta um saldo total deficitário, na sua maioria, com exceção nos anos de 2003 e 2004. Ou seja, a cada ano nos últimos sete anos analisados saíram mais

4. Dados apresentados no Ideme (2008).

pessoas do que entraram no estado, o que indica uma perda populacional associada, em parte, às condições econômicas internas comparadas com as dos demais estados da região em particular, apesar de também existir um movimento com as demais regiões do país.

TABELA 2
**Saldo de migração dos estados nordestinos com a Paraíba – 2002-2008**

| Estados/anos | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Maranhão | (11.762) | 3.129 | - | 910 | 473 | (1.111) | - | (8.361) |
| Piauí | 449 | - | (1.270) | 382 | (107) | 479 | 449 | 382 |
| Ceará | 6.176 | (78) | 7.180 | (4.191) | 1.500 | (2.890) | (2.022) | 5.675 |
| Rio Grande do Norte | (8.090) | (8.229) | 1.721 | (3.470) | (8.561) | (9.577) | (402) | (36.608) |
| Paraíba | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pernambuco | 630 | 7.222 | (4.831) | (3.728) | 2.113 | (138) | (12.835) | (11.567) |
| Alagoas | (1.447) | 50 | 4.620 | 393 | (1.470) | 913 | (1.122) | 1.937 |
| Sergipe | - | (2.590) | (664) | 1.364 | 1.892 | (488) | 837 | 351 |
| Bahia | (3.358) | 778 | (1.657) | 2.962 | (2.463) | (5.572) | (27) | (9.337) |
| Total Nordeste | (17.402) | 282 | 5.099 | (5.378) | (6.623) | (18.384) | (15.122) | (57.528) |

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE.

No período como um todo (2002-2008), a Paraíba apresentou saldo migratório total *positivo*, em ordem decrescente, com os estados do Ceará, de Alagoas, do Piauí e de Sergipe, e *negativo* com os demais, em ordem decrescente: Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Maranhão. Os três casos mais significativos estão associados aos estados que fazem fronteira com a Paraíba (Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco). Enquanto o fluxo migratório com o Ceará ocorre de maneira instável, uma hora a favor de um ou outro, o fluxo com o Rio Grande do Norte foi positivo somente no ano de 2004, demonstrando ser este o estado com maior entrada proveniente da Paraíba, favorecido pela proximidade fronteiriça. Para o Estado de Pernambuco ocorre um fenômeno um pouco diferenciado, já que nos dois primeiros anos o saldo era positivo, tornando-se negativo e intensificado no último ano.

Em 2003, o saldo foi negativo com os estados do Ceará, de Sergipe e do Rio Grande do Norte, em ordem crescente. Em 2004, o forte saldo positivo com o Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas, em ordem crescente, mais do que compensou os saldos negativos com os demais estados da região, em particular com Pernambuco.

Como observado antes, esse fluxo migratório interestadual pode ser relacionado com o comportamento e a dinâmica das atividades econômicas e dos mercados de empregos estaduais, uma hora favorecendo a saída (quando o estado passa por uma dinâmica econômica mais fraca) ou a entrada (quando o estado está atraente do ponto de vista produtivo ou de emprego). Essa relação ficará mais clara a partir da análise do comportamento econômico-produtivo da Paraíba, como tratado na subseção 2.2, mas percebe-se de antemão, por meio dos dados apresentados, que o saldo migratório negativo (ou positivo) não está associado necessariamente a uma taxa de crescimento nominal do produto estadual abaixo (ou acima) da taxa de crescimento regional ou nacional (tabela 3),[5] o que revela a presença de outros fatores na decisão de migração.

Um exame dos perfis dos indivíduos nascidos na Paraíba que migraram para outros estados (emigrantes) e dos cidadãos que nasceram em outros estados e vivem na Paraíba (imigrantes) revela algumas semelhanças e diferenças marcantes entre essas duas populações (ver tabela 3). Os dois grupos possuem praticamente a mesma participação relativa de ambos os gêneros. No grupo dos imigrantes, 52,3% são mulheres e entre os emigrantes 52,8% são do sexo feminino. Tais estatísticas não estão muito distantes da participação feminina na população paraibana, que em 2009 era de 51,4%.

As diferenças começam a surgir quando se analisa a raça dos dois grupos de indivíduos. Entre os emigrantes, o percentual de indivíduos que se declararam brancos supera em 5 pontos percentuais (p.p.) esse mesmo percentual entre os imigrantes. Em contrapartida, a participação de pardos e negros entre os imigrantes é aproximadamente 5 p.p. maior do que entre os emigrantes. Ademais, a composição da população paraibana com relação à raça difere consideravelmente dos dois grupos. Ilustrando essa discrepância, na Paraíba, por exemplo, 36,5% da população é branca.

Entre os emigrantes, 55,8% estão ocupados. A taxa de ocupação dos imigrantes que vivem na Paraíba, assim como acontece na Paraíba como um todo, é inferior a 50%. Um indício de que, fora do estado, os paraibanos têm mais oportunidades de trabalho.

5. Essa lógica só não vale para o último ano, mas nesse caso vale comparar o resultado dos estados de Pernambuco, do Maranhão e do Rio Grande do Norte.

TABELA 3

**Características do migrante e da população residente na Paraíba – 2009**

| Característica | | Imigrante | Emigrante | Média estadual |
|---|---|---|---|---|
| Gênero | Mulher | 52,3 | 52,8 | 51,4 |
| | Homem | 47,7 | 47,2 | 48,6 |
| Raça | Branca | 43,4 | 48,4 | 36,4 |
| | Parda | 49,9 | 47,5 | 58,5 |
| | Negra | 6,5 | 3,3 | 4,9 |
| | Outras | 0,2 | 0,8 | 0,3 |
| Situação ocupacional | Ocupado | 48,0 | 55,8 | 48,7 |
| | Não ocupado | 52,0 | 44,2 | 51,3 |
| Escolaridade | Sem instrução | 20,7 | 20,8 | 30,4 |
| | 1 a 3 anos | 12,9 | 15,5 | 15,5 |
| | 4 a 7 anos | 20,9 | 26,5 | 22,8 |
| | 8 a 10 anos | 13,4 | 12,3 | 11,8 |
| | 11 a 14 anos | 22,6 | 19,1 | 15,3 |
| | 15 ou + | 9,5 | 5,9 | 4,3 |
| Setor | Agrícola | 10,8 | 9,3 | 24,2 |
| | Indústria | 11,2 | 11,8 | 11,5 |
| | Construção | 6,8 | 9,7 | 7,7 |
| | Comércio e reparação | 20,8 | 20,5 | 16,2 |
| | Alojamento e alimentação | 2,0 | 5,6 | 3,7 |
| | Transporte, armazenagem | 5,6 | 5,2 | 3,4 |
| | Administração pública | 8,4 | 4,7 | 7,7 |
| | Educação, saúde e serviços sociais | 10,0 | 6,2 | 10,1 |
| | Serviços domésticos | 10,0 | 13,3 | 8,2 |
| | Outras atividades | 14,4 | 13,8 | 7,3 |
| Renda familiar *per capita* | Sem rendimento | 0,4 | 1,2 | 0,9 |
| | Até 1/4 do SM | 13,7 | 6,7 | 22,3 |
| | Mais de 1/4 até 1/2 SM | 24,3 | 17,1 | 30,3 |
| | Mais de 1/2 até 1 SM | 28,4 | 34,2 | 27,6 |
| | Mais de 1 até 2 SMs | 16,9 | 24,9 | 11,4 |
| | Mais de 2 até 3 SMs | 5,8 | 6,2 | 3,2 |
| | Mais de 3 até 5 SMs | 4,0 | 5,3 | 2,1 |
| | Mais de 5 SMs | 6,6 | 4,4 | 2,4 |

Fonte: PNAD de 2009 (microdados). Elaboração própria.

No item escolaridade, em ambos os grupos (imigrantes e emigrantes) existe um grande contingente de indivíduos com menos de oito anos de estudo, ou sem o ensino fundamental completo. Constata-se, ainda, que os paraibanos residentes em outros estados são menos escolarizados do que os imigrantes. Conforme mostram os dados, 54,5% dos cidadãos de outros estados que moram na Paraíba têm menos de oito anos de estudo, ou não possuem o ensino fundamental completo. Na população dos emigrantes, quase 63% da população não tem oito anos de estudo. Todavia, o quadro educacional no estado é ainda pior, com quase 70% da população com menos de oito anos de estudo. Reforçando a conclusão de que os imigrantes na Paraíba são mais escolarizados em média, os dados da tabela 4 exibem uma participação de indivíduos com ensino superior incompleto ou completo (mais de 11 anos de estudo). Entre os imigrantes a participação de indivíduos com ensino superior incompleto e completo é 8 p.p. e 12 p.p., respectivamente, maior do que entre os emigrantes.

O setor que mais emprega imigrantes e emigrantes é o de comércio e reparação (cerca de um quinto da população ocupada de ambos os grupos), seguido do setor outras atividades. Com exceção dos setores agrícola, indústria e transporte e armazenagem, a participação setorial do emprego entre os dois grupos apresenta diferenças superiores ou iguais a 3 p.p. Por fim, o nível de bem-estar dos imigrantes e emigrantes é avaliado ao analisar a participação da população de cada grupo nos diferentes intervalos de renda familiar *per capita*, em termos de salários mínimos (SMs). Mais de 38% da população de imigrantes vivem em famílias com renda familiar *per capita* inferior a meio SM.

Entre os paraibanos que vivem fora da Paraíba, cerca de um quarto vive nesse patamar de renda *per capita*. Ou seja, considerando a linha de pobreza igual a meio SM, a participação de indivíduos pobres entre os imigrantes é consideravelmente maior do que na população de emigrantes. Na Paraíba, esse indicador de pobreza é mais crítico ao atingir 53% da população. Nas faixas de renda familiar *per capita* acima de 2 SMs, as participações relativas dos dois grupos são bem parecidas (16,36% para os imigrantes e 15,97% para os emigrantes). Contudo, na Paraíba, a parcela da população com renda familiar *per capita* acima de 2 SMs é de apenas 7,62%, menos da metade do mesmo percentual entre os emigrantes e imigrantes. Em suma, os paraibanos que vivem fora do estado, em média, têm melhores condições de vida do que os imigrantes e do que o restante da população residente no estado.

O fato de haver uma parcela expressiva de indivíduos vindos de outros estados empregada no setor público na Paraíba (8,4% contra 7,7% da média no estado) pode justificar, em parte, os maiores níveis de escolaridade e renda dos imigrantes, pois, para ingressar nesse setor, exigem-se prestação de concurso como também o diploma de curso superior.

Por outro lado, segundo a teoria econômica existe seletividade na migração. Com outras palavras, a teoria prediz que os migrantes supostamente são em média mais ambiciosos, agressivos, empreendedores e motivados que os indivíduos que não migram. Portanto, provavelmente, uma parcela das diferenças entre as condições de vida e nível de qualificação dos migrantes (englobando os imigrantes e emigrantes) e a população residente no Estado da Paraíba pode ser o resultado da existência de seletividade no processo de migração.

• Educação

Conforme mostrado no gráfico 1, da seção anterior, a Paraíba vive uma situação de subdesenvolvimento em expansão. Em outras palavras, o estado cresce, mas combinado com baixos níveis de desenvolvimento, como mostram os dados do IDH. Dentre os fatores que contribuem para o fenômeno do baixo nível de desenvolvimento da economia paraibana está a realidade da área da educação. Assim, a presente análise é complementada com alguns indicadores de educação para a Paraíba. Vale lembrar que a existência de mão de obra qualificada permeia um processo de desenvolvimento econômico de longo prazo e a literatura econômica mostra que as diferenças nos níveis de renda *per capita* entre os estados no Brasil são explicadas, em boa medida, pelas diferenças interestaduais nos níveis de escolaridade (AZZONI *et al*., 2000).

Na tabela 4, constam os dados sobre a evolução da escolaridade média, representada pela média de anos de estudo no Brasil, no Nordeste e na Paraíba entre 1992 e 2008. No decorrer desse período, a taxa de crescimento da escolaridade média foi de 35,1% no Brasil. Enquanto isso, no Nordeste e na Paraíba, a escolaridade média aumentou para 49,8% (acima da média nacional) e para 31,7% (abaixo da média do país), respectivamente. Apesar desse avanço, em especial na média regional, a média de anos de estudo na Paraíba e na região Nordeste é ainda inferior à observada em países classificados como de baixa renda,[6] como Quênia e Gana, onde esse mesmo indicador é de 6,5 anos na mesma faixa de idade.

TABELA 4
**Média de anos de estudo: população com 25 anos ou mais – 1992-2008**

| Local | Período | | | | | Taxa de crescimento 1992-2008 (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1992-1995 | 1996-1998 | 1999-2002 | 2003-2005 | 2006-2008 | |
| Brasil | 5,1 | 5,5 | 5,9 | 6,4 | 6,9 | 35,1 |
| Paraíba | 4,0 | 4,3 | 4,5 | 4,8 | 5,2 | 31,7 |
| Nordeste | 3,6 | 4,0 | 4,4 | 4,9 | 5,5 | 49,8 |

Fontes: Ipeadata e IBGE.

O menor crescimento da escolaridade média na Paraíba, com relação ao Nordeste, foi suficiente para que esse indicador no estado ficasse abaixo da média regional, ao contrário do que acontecia no início da década de 1990. Os dados também mostram que no início dos anos 1990, a diferença entre a média de anos de estudo no Brasil e na Paraíba era de 1,1 ano. Atualmente, essa diferença saltou para 1,4 ano.

De acordo com a tabela 5, a escolaridade média na Paraíba supera apenas os índices dos estados de Alagoas e Piauí (5 e 5,1 anos de estudo) na região Nordeste. Ademais, a média de anos de estudo no estado representa apenas 58% do mesmo indicador do Brasil. Na mesma tabela, os dados sobre o percentual de pessoas com 25 anos ou mais que não terminou o ensino fundamental explicam uma parcela importante do baixo nível de escolaridade observado no estado. Os dados revelam que 63,7% desse estrato da população têm menos de oito anos de estudo. No Brasil e no Nordeste, esse percentual é de 50% e 60,1%, respectivamente.

Os dados da tabela 6 mostram que, na média, os estados que apresentam as menores médias de anos de estudo são aqueles de menor renda *per capita*. Um claro indício das repercussões negativas da baixa escolaridade no potencial de geração de riqueza da população.[7] A Paraíba, por exemplo, tem renda *per capita* superior apenas aos estados do Maranhão, Piauí e Alagoas, e sua média de anos de estudo é superior apenas à observada no Piauí e em Alagoas.

6. Ver classificação dos países quanto ao nível de renda no *site*: <hpttt:\\www.databank.worldbank.org>
7. Uma avaliação mais aprofundada a respeito da relação entre as diferenças nos PIBs *per capita* e na escolaridade média dos estados pode ser vista em Azonni *et al.* (2000).

TABELA 5
**Média de anos de estudo em 2008 com pessoas com 25 anos ou mais e % de pessoas com menos de oito anos de estudo**

| Estado | Anos de estudo | *Ranking* | % de pessoas com menos de oito anos de estudo | *Ranking* |
|---|---|---|---|---|
| Sergipe | 6,4 | 1 | 54,8 | 1 |
| Pernambuco | 6,0 | 2 | 59,3 | 3 |
| Rio Grande do Norte | 5,9 | 3 | 58,5 | 2 |
| Bahia | 5,7 | 4 | 60,3 | 5 |
| Ceará | 5,7 | 5 | 60,1 | 4 |
| Maranhão | 5,4 | 6 | 63,6 | 6 |
| Paraíba | 5,4 | 7 | 63,7 | 7 |
| Piauí | 5,1 | 8 | 65,5 | 8 |
| Alagoas | 5,0 | 9 | 66,6 | 9 |
| Brasil | 7,0 | - | 50,2 | - |
| Nordeste | 5,7 | - | 61,0 | - |

Fontes: Ipeadata e IBGE.

TABELA 6
**Anos de estudo e PIB *per capita* dos estados brasileiros em 2007**

| Estado | Anos de estudo em 2007 | *Ranking* | PIB *per capita* em 2007 (R$/hab) | *Ranking* |
|---|---|---|---|---|
| Sergipe | 6,1 | 1 | 8.711,7 | 1 |
| Rio Grande do Norte | 5,8 | 2 | 7.615,9 | 3 |
| Pernambuco | 5,8 | 3 | 7.336,8 | 4 |
| Ceará | 5,5 | 4 | 6.149,0 | 5 |
| Bahia | 5,4 | 5 | 7.819,3 | 2 |
| Maranhão | 5,2 | 6 | 5.165,2 | 8 |
| Paraíba | 5,2 | 7 | 6.097,0 | 6 |
| Piauí | 5,0 | 8 | 4.671,4 | 9 |
| Alagoas | 4,8 | 9 | 5.880,8 | 7 |
| Brasil | 7,0 | - | 14.465,0 | - |
| Nordeste | 5,7 | - | 6.749,0 | - |

Fonte: Ipeadata.

Assim como a escolaridade média da população paraibana, o índice de analfabetismo de indivíduos com idade entre 15 e 24 anos, faixa etária em que eles já deveriam estar no ensino médio ou superior, apresentou avanços expressivos nos últimos anos, como mostram os percentuais da tabela 7. Na Paraíba, decorridos 15 anos, a taxa de analfabetismo nessa faixa de idade caiu de 21,5% para 5,4%, um quarto da observada no início da década de 1990. A diferença entre a taxa nacional e a do estado, que era de 13,5 p.p. no começo dos anos 1990, caiu para cerca de 3 p.p. em 2007.

TABELA 7
**Taxa de analfabetismo de indivíduos com idade entre 15 anos e 24 anos**

| Local | Anos | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1992-1995 | 1996-1998 | 1999-2002 | 2003-2005 | 2006-2007 |
| Brasil | 8,0 | 6,0 | 4,3 | 3,1 | 2,3 |
| Nordeste | 18,8 | 14,5 | 9,9 | 7,2 | 5,0 |
| Paraíba | 21,5 | 15,7 | 10,8 | 7,5 | 5,4 |

Fonte: Ipeadata

Porém, a taxa de analfabetismo nessa faixa etária é ainda duas vezes maior do que a observada no Brasil nos anos mais recentes. A comparação com os dados do Nordeste mostra uma aproximação gradativa entre as taxas estadual e regional. Vale lembrar, no entanto, que a taxa de analfabetismo da população da Paraíba é bem maior do que a apresentada na tabela 7. Isso devido aos elevados níveis de analfabetismo entre os mais idosos. Em 2007, por exemplo, a taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais era de 23,5% na Paraíba, segundo dados do IBGE (2010d). No Nordeste e no Brasil esse mesmo indicador era de 19,9% e 10% no mesmo ano.

A redução do analfabetismo na faixa de idade entre 15 e 24 anos pode ser reflexo do aumento da frequência escolar observada no Brasil e em seus estados nos últimos anos como pode ser verificado na tabela 8, onde é apresentada a frequência escolar para pessoas de 7 a 14 anos. Quanto maior a assiduidade escolar nessa faixa etária, menor deverá ser o nível de analfabetismo entre os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos (faixa seguinte).

TABELA 8
**Frequência escolar: pessoas de 7 a 14 anos**
(Em %)

| Local | Período | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1992-1995 | 1996-1998 | 1999-2002 | 2003-2005 | 2006-2007 |
| Brasil | 83,8 | 89,2 | 93,8 | 94,9 | 96,4 |
| Nordeste | 73,2 | 82,5 | 90,9 | 92,5 | 95,2 |
| Paraíba | 73,9 | 83,3 | 93,4 | 94,8 | 95,3 |

Fonte: Ipeadata.

Os dados da tabela mostram que, no início da década de 1990, do total da população do estado nessa faixa de idade, 73,9% estavam matriculados na escola. No Nordeste esse percentual era praticamente o mesmo. No restante do Brasil a frequência escolar era de 83,8%. Na Paraíba, essa parcela aumentou para 95,3%, o

mesmo acontecendo na região Nordeste. Nota-se, também, que em 2007 a diferença entre as taxas de frequência entre o estado da Paraíba e o restante do Brasil é bastante reduzida. Mantida essa tendência, certamente a taxa estadual convergirá para a nacional. Consequentemente, num futuro próximo, muito provavelmente, a taxa de analfabetismo nessa faixa de idade e na faixa de 15 a 24 anos no estado irá também convergir para o nível nacional.

Contudo, mesmo nos anos recentes, a frequência escolar entre os indivíduos com idade entre 15 e 17 anos é de 83% na Paraíba, de acordo com os dados reportados na tabela 9. Ou seja, a frequência escolar cai consideravelmente quando se passa do ensino fundamental para o médio. Esse fenômeno também é percebido na região Nordeste e no Brasil onde 84% e 85,2% da população com idade entre 15 e 17 anos estão frequentando a escola (tabela 9). Segundo dados do IBGE (2010d), dos alunos matriculados no ensino médio, quase 90% estão na rede de ensino pública na Paraíba e no Nordeste. Portanto, é bastante provável que um dos responsáveis por essa baixa frequência escolar seja a má qualidade do ensino médio na rede de ensino público, que ao mesmo tempo tem dificuldade de preparar o aluno para ingressar nas boas universidades e não fornece os conhecimentos necessários para engajar o jovem no mercado de trabalho. Uma alternativa encontrada por muitos jovens para ter um ensino médio de melhor qualidade é ingressar num instituto de formação técnica (as antigas escolas técnicas). Apesar da expansão recente do número desses institutos, o número de vagas ainda é pequeno diante do tamanho da procura.

TABELA 9
**Taxa de frequência bruta: estabelecimentos de ensino da população residente – 2009**

| Local | Faixas de idade | |
|---|---|---|
| | Entre 15 e 17 anos | Entre 18 e 24 anos |
| Brasil | 85,2 | 30,3 |
| Nordeste | 84,0 | 30,6 |
| Paraíba | 83,1 | 33,1 |

Fonte: PNAD de 2009.

Na faixa de idade entre 18 e 24 anos, quando o indivíduo já poderia estar matriculado num curso superior, a frequência escolar fica na casa dos 30% no Nordeste e no Brasil (ver tabela 9). Na Paraíba essa parcela é de 33,1%. Esse percentual fica muito abaixo do mesmo indicador observado em outros países da América Latina,

como Chile e Argentina, onde a frequência escolar nessa faixa de idade é de 52% e 67%.[8] Para atingir esses patamares de frequência, faz-se necessário intensificar a expansão do ensino superior no Brasil, seja pela rede pública seja pela rede privada de ensino.

A despeito de a realidade descrita através dos indicadores da área de educação estar aquém do desejado, de forma geral, os dados apresentados neste estudo indicam melhorias no nível de educação nos últimos anos no Brasil, no Nordeste e na Paraíba, principalmente no ensino fundamental. A partir de tais informações, entretanto, não é possível inferir se houve uma concomitante melhoria no sistema educacional nem no estado nem no restante do país. Para complementar a análise sobre a área de educação na Paraíba, dando enfoque à qualidade da educação, avaliam-se a seguir os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para a Paraíba. Conforme definido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados – Prova Brasil ou Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação). O IDEB varia de 1 a 10, e para que o sistema educacional brasileiro tenha a mesma qualidade observada nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), espera-se que o IDEB para os primeiros anos do ensino fundamental seja igual a 6. O Ministério da Educação (MEC) trabalha para atingir esse patamar numérico em 2022, o ano do bicentenário da Independência do Brasil.

Os resultados do IDEB (tabela 10) para a Paraíba (incluindo as escolas particulares e estaduais) mostram uma gradativa melhora na qualidade do ensino no estado em todos os níveis de escolaridade avaliados. Todavia, os indicadores estão abaixo da média nacional notadamente nos anos iniciais do ensino fundamental. Os resultados para o Nordeste são bastante próximos dos observados na Paraíba.

A tendência crescente do IDEB sinaliza que a meta definida pelo governo pode ser cumprida. Mantido o crescimento médio de 0,4 ponto a cada dois anos, em 2017 o IDEB no Brasil atingirá a meta estabelecida pelo MEC. O Nordeste e a Paraíba, se mantiverem o crescimento médio do IDEB igual 0,5 a cada dois anos, como observado nos dados da tabela 6, podem atingir essa meta em 2019.

8. Ver base de dados do Banco Mundial em: <hptt:\\www.databank.worldbank.org>

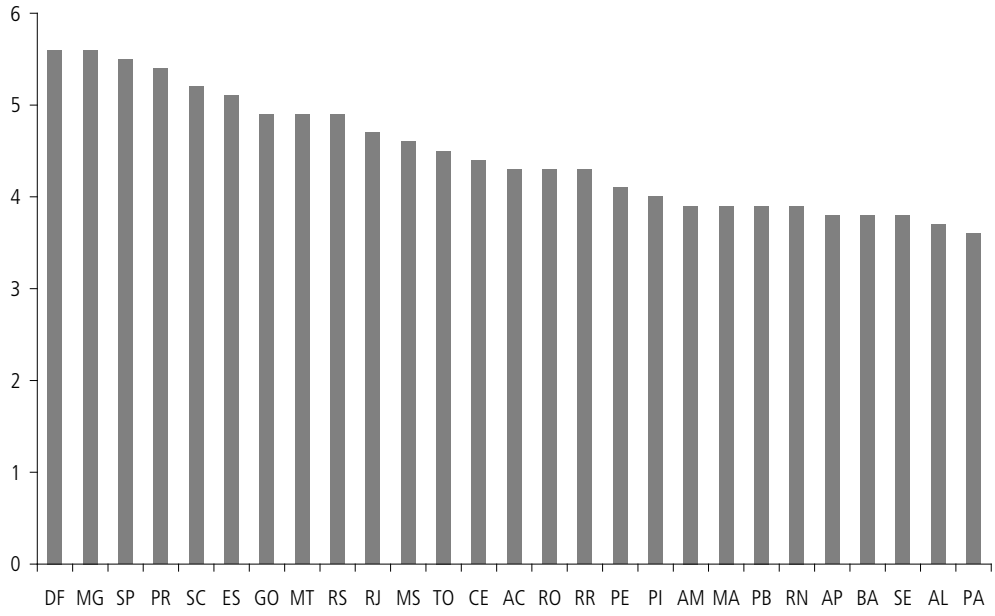
TABELA 10
**Resultado do IDEB para Paraíba, Nordeste e Brasil**

| Local | Anos iniciais do ensino fundamental | | | Anos finais do ensino fundamental | | | Ensino médio | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2005 | 2007 | 2009 | 2005 | 2007 | 2009 |
| Nordeste | 2,9 | 3,5 | 3,8 | 2,9 | 3,0 | 3,3 | 3,0 | 3,1 | 3,3 |
| Paraíba | 3,0 | 3,4 | 3,9 | 2,8 | 2,9 | 3,2 | 3,0 | 3,1 | 3,3 |
| Brasil | 3,8 | 4,2 | 4,6 | 3,5 | 3,8 | 4,0 | 3,4 | 3,5 | 3,6 |

Fonte: INEP.

No gráfico 2, tem-se o resultado do IDEB dos primeiros anos do ensino fundamental para os estados no ano de 2009. Lembrando que, segundo o INEP, se o IDEB nacional para essa faixa de escolaridade atingir 6, o sistema educacional brasileiro estará dentro dos padrões de países desenvolvidos nos dia de hoje. Conforme indica o gráfico, os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo mais o Distrito Federal têm uma nota no IDEB superior a 5. A Paraíba está entre os estados com IDEB inferior a 4, juntamente como mais cinco estados nordestinos. Apenas Ceará, Piauí e Pernambuco têm IDEB igual ou superior a 4 na região.

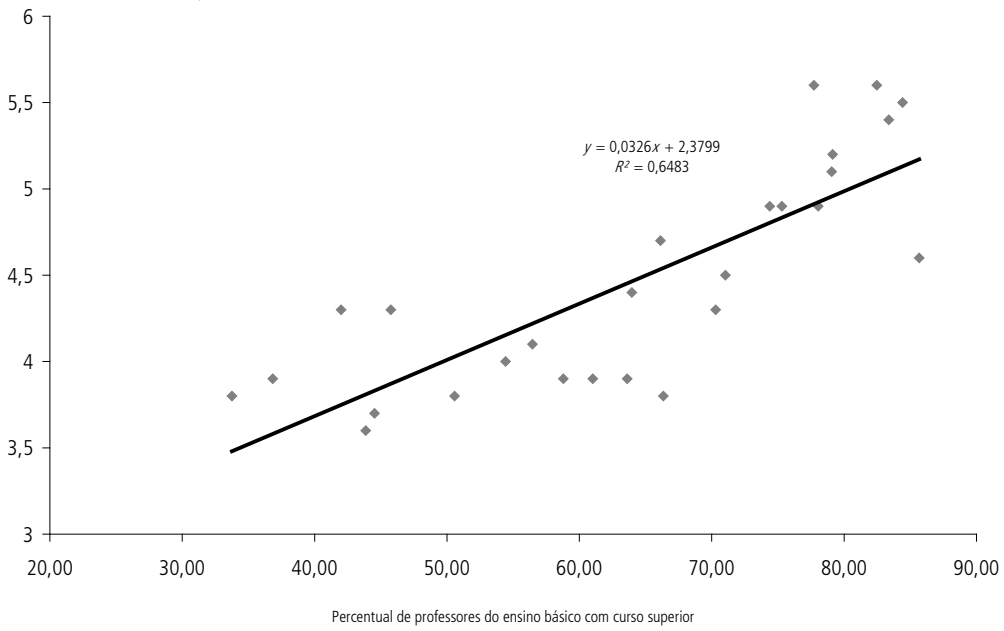
GRÁFICO 2
**IDEB nos primeiros anos do ensino básico para os estados brasileiros – 2009**




Fonte: INEP.

Podem-se elencar diversos possíveis fatores que contribuem para o fraco desempenho no IDEB de estados como a Paraíba. Um deles é a formação do docente no ensino básico. Na Paraíba, segundo dados do INEP, 59% dos professores do ensino básico possuem curso superior. Nos estados de São Paulo e Minas Gerais e no Distrito Federal, a parcela de professores com curso superior é de 84%, 78% e 82%. No Brasil, esse percentual é de 68%. Esses resultados sugerem que o IDEB é maior justamente nos estados que têm os docentes mais bem formados. No gráfico 3, visualiza-se melhor essa correlação positiva. Portanto, uma estratégia para concretizar o anseio de um sistema educacional de qualidade, certamente, passa pelo caminho da qualificação docente.

GRÁFICO 3
**IDEB no ensino básico e % de professores do ensino básico por estado – 2009**
(Nota do IDEB nos primeiros anos do ensino básico)




Fonte: INEP.

Mais adiante, outros indicadores da área da educação serão apresentados, porém, o objetivo da análise será avaliar a evolução recente do mercado do trabalho na Paraíba. Como será visto, as transformações ocorridas na área de educação tiveram repercussões importantes na composição do emprego setorial e nas taxas de ocupação, tratados na próxima subseção.

## 2.2 ATIVIDADE ECONÔMICA

- Produção (PIB) e valor agregado bruto (VAB)

A produção econômica do Estado da Paraíba tem permanecido praticamente constante em torno de 6% do PIB nordestino e menos de 1% do PIB nacional (tabela 11), no período analisado (1995-2009). Se, de um lado, esse resultado não pode ser considerado negativo, levando-se em conta a manutenção do crescimento estadual em torno das médias regional e nacional, por outro, não pode ser considerado de todo positivo, em função de uma posição relativa inalterada nos contextos nacional e regional. Em certos casos, isso se reflete na superação econômica por parte de alguns estados com dinâmicas mais consistentes, como no caso do Rio Grande do Norte, tratado mais adiante. Ou seja, a economia paraibana cresce apenas o necessário para permanecer no mesmo patamar relativo no ambiente produtivo nacional e regional.

TABELA 11
**Paraíba, Nordeste e Brasil: PIB a preço de mercado – 1995-2009**

| Anos | PIB (R$ milhões) | | | Participação relativa (%) | | | Variação nominal anual (%) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Paraíba | Nordeste | Brasil | Paraíba/Nordeste | Paraíba/Brasil | Paraíba/Brasil | Paraíba | Nordeste | Brasil |
| 1995 | 5.183 | 84.970 | 705.641 | 6,1 | 0,7 | 12,0 | - | - | - |
| 1996 | 6.434 | 105.223 | 843.966 | 6,1 | 0,8 | 12,5 | 124,1 | 123,8 | 119,6 |
| 1997 | 7.205 | 116.981 | 939.147 | 6,2 | 0,8 | 12,5 | 112,0 | 111,2 | 111,3 |
| 1998 | 7.647 | 121.901 | 979.276 | 6,3 | 0,8 | 12,4 | 106,1 | 104,2 | 104,3 |
| 1999 | 8.397 | 132.577 | 1.065.000 | 6,3 | 0,8 | 12,4 | 109,8 | 108,8 | 108,8 |
| 2000 | 9.338 | 146.827 | 1.179.482 | 6,4 | 0,8 | 12,4 | 111,2 | 110,7 | 110,7 |
| 2001 | 10.849 | 163.465 | 1.302.135 | 6,6 | 0,8 | 12,6 | 116,2 | 111,3 | 110,4 |
| 2002 | 12.434 | 191.592 | 1.477.822 | 6,5 | 0,8 | 13,0 | 114,6 | 117,2 | 113,5 |
| 2003 | 14.158 | 217.037 | 1.699.948 | 6,5 | 0,8 | 12,8 | 113,9 | 113,3 | 115,0 |
| 2004 | 15.022 | 247.043 | 1.941.498 | 6,1 | 0,8 | 12,7 | 106,1 | 113,8 | 114,2 |
| 2005 | 16.869 | 280.545 | 2.147.239 | 6,0 | 0,8 | 13,1 | 112,3 | 113,6 | 110,6 |
| 2006 | 19.951 | 311.104 | 2.369.484 | 6,4 | 0,8 | 13,1 | 118,3 | 110,9 | 110,4 |
| 2007 | 22.202 | 347.797 | 2.661.345 | 6,4 | 0,8 | 13,1 | 111,3 | 111,8 | 112,3 |
| 2008[1] | 24.852 | 375.575 | 2.889.719 | 6,6 | 0,9 | 13,0 | 111,9 | 108,0 | 108,6 |
| 2009[1] | 26.973 | 410.638 | 3.143.015 | 6,6 | 0,9 | 13,1 | 108,5 | 109,3 | 108,8 |

Fontes: IBGE (2009) e Ideme-PB.

Nota: [1] Estimativas.

Esse comportamento apresenta, porém, dois períodos distintos. Entre 1995 e 2001, a economia paraibana cresceu consistentemente a taxas anuais superiores às do Nordeste e do Brasil. Isso permitiu um leve aumento na participação relativa do estado

no país e na região, quando atingiu seu pico de 6,5% da economia regional no último ano. No período 2002-2009, de maneira distinta, ocorre uma queda de rendimento produtivo estadual; apenas em 2003 e em 2006 seu comportamento é superior ao regional. No primeiro ano da série (2002), apesar da taxa de variação anual do produto do estado ter sido superior à do Brasil, ela foi inferior à do Nordeste. Em 2003 ocorre o contrário: a taxa da Paraíba foi superior à do Nordeste, mas inferior à do Brasil. O ano de 2004 é o pior da série para o estado, com variação em relação ao ano anterior abaixo da metade da ocorrida no país e na região. Em 2005, seu comportamento foi superior ao nacional, mas inferior à região como um todo, fenômeno semelhante ao ocorrido em 2002. Em 2006, a Paraíba apresenta uma *performance* bastante superior à do Brasil e à do Nordeste, mas que não se sustenta nos anos seguintes, podendo ser considerado um ano atípico. Em 2007 o estado volta a apresentar resultados produtivos inferiores às médias nacional e regional. Nos dois últimos anos (2008 e 2009, estimativas) o estado tem comportamento distinto com variação acima da região e do país no primeiro ano e o contrário ocorrendo para o último ano.

A variação anual (%) do PIB da Paraíba revelou uma instabilidade ou variabilidade maior no último período (2002-2009), quando comparado ao comportamento do Brasil e do Nordeste. Tal resultado pode ser explicado pelo comportamento de algumas variáveis econômicas analisadas no decorrer deste artigo. Do ponto de vista do crescimento acumulado do PIB em subperíodos específicos (tabela 12), a Paraíba, a despeito de taxas anuais de crescimentos superiores aos resultados regional e nacional no período 1995-2001, entre 1995 e 1998, teve a terceira *menor* taxa de crescimento do PIB da região Nordeste, ficando na frente apenas de Pernambuco e do Maranhão.

Nos períodos seguintes 1998-2002 e 2002-2007, o estado teve no primeiro período a segunda maior taxa regional (corroborando seu resultado de crescimento anual anterior até 2002), seu melhor desempenho no período total analisado, e a quinta maior taxa regional de crescimento acumulado, no segundo período, a despeito de o estado ter tido comportamento superior ao regional e ao nacional apenas nos anos 2003 e 2006. O estado obteve, dessa forma, uma queda no *ranking* regional se considerados apenas os dois últimos anos: 2006 e 2007 (passou para penúltima colocação, acima apenas do Estado do Piauí), apresentando-se assim com a pior colocação obtida desde 1995 (tabela 11).

TABELA 12
**Crescimento do PIB acumulado e *ranking* Brasil e Nordeste – 1995-2007**

| Estados/regiões | Crescimento acumulado do PIB por períodos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1995-1998 | Ordem | 1998-2002 | Ordem | 2002-2007 | Ordem | 2006-2007 | Ordem |
| Brasil | 5,6 | - | 8,8 | - | 21,6 | - | 6,1 | - |
| Nordeste | 6,0 | - | 9,0 | - | 24,6 | - | 4,8 | - |
| Paraíba | 3,4 | 7º | 13,3 | 2º | 22,7 | 5º | 2,2 | 8º |
| Maranhão | 2,0 | 9º | 12,3 | 3º | 39,8 | 1º | 9,1 | 1º |
| Piauí | 4,8 | 6º | 8,9 | 5º | 26,7 | 4º | 2,0 | 9º |
| Ceará | 4,9 | 5º | 7,5 | 7º | 22,4 | 6º | 3,3 | 6º |
| Rio Grande do Norte | 8,4 | 3º | 14,8 | 1º | 17,4 | 9º | 2,6 | 7º |
| Pernambuco | 3,0 | 8º | 11,1 | 4º | 19,4 | 7º | 5,4 | 3º |
| Alagoas | 7,8 | 4º | 2,6 | 9º | 18,3 | 8º | 4,1 | 5º |
| Sergipe | 10,7 | 1º | 8,0 | 6º | 27,9 | 2º | 6,2 | 2º |
| Bahia | 8,7 | 2º | 6,7 | 8º | 26,9 | 3º | 5,3 | 4º |

Fontes: IBGE (2009) e Ideme-PB.

A economia da Paraíba é hoje, no Nordeste, maior apenas que a dos estados do Piauí (em torno de 50%), de Sergipe (em torno de 30%) e de Alagoas (em torno de 25%). A partir de 2004, o estado foi superado pelo Rio Grande do Norte. Ainda, a economia paraibana corresponde a 70% da economia maranhense, a 45% da economia cearense, a 35% da economia pernambucana e a 20% da economia baiana (tabela 13).

TABELA 13
**PIB da Paraíba: % dos estados do Nordeste – 2003-2007**[1]

| Estado/ano | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|---|---|---|---|---|---|
| Participação relativa do % da Paraíba nos estados do Nordeste | | | | | |
| Maranhão | 76,6 | 69,5 | 66,6 | 69,7 | 70,2 |
| Piauí | 161,3 | 153,0 | 151,6 | 156,0 | 157,1 |
| Ceará | 43,5 | 40,7 | 41,2 | 43,1 | 44,1 |
| Rio Grande do Norte | 104,8 | 96,4 | 94,4 | 97,1 | 96,8 |
| Paraíba | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Pernambuco | 36,0 | 34,1 | 33,8 | 36,0 | 35,7 |
| Alagoas | 126,3 | 116,5 | 119,3 | 126,7 | 124,8 |
| Sergipe | 130,2 | 123,5 | 125,6 | 131,9 | 131,4 |
| Bahia | 20,8 | 19,0 | 18,6 | 20,7 | 20,2 |

Fonte: Contas Nacionais (2003-2007)/IBGE (2009).

• PIB *per capita*

No caso do PIB *per capita,* para todos esses anos, observa-se que o indicador da Paraíba fica bem abaixo da média do Nordeste e do Brasil (tabela 14). Nesse caso, em termos absolutos, além da capacidade produtiva estadual, o comportamento ou a dinâmica populacional-demográfica tem um efeito claro nesse resultado (tabelas 1 e 2). A parcela do produto para cada paraibano apresenta um índice inferior, em pelo menos 10%, ao valor médio regional e abaixo da metade (40%) do valor referente ao índice nacional. Apesar de o PIB *per capita* indicar o produto médio (ou produtividade média), é possível inferir a menor capacidade de remuneração e/ou de despesa de cada habitante paraibano, em comparação à remuneração/despesa média regional e nacional, a despeito de um pequeno incremento na participação do estado no período analisado.

TABELA 14
**Paraíba, Nordeste e Brasil: PIB *per capita* – 1995-2009**

| Anos | PIB *per capita* (R$ 1,00) | | | Participação relativa (%) | | | Variação anual (%) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Paraíba | Nordeste | Brasil | Paraíba/Nordeste | Paraíba/Brasil | Nordeste/Brasil | Brasil | Nordeste | Paraíba |
| 1995 | 1.557 | 1.877 | 4.438 | 83,0 | 35,1 | 42,3 | - | - | - |
| 1996 | 1.919 | 2.298 | 5.234 | 83,5 | 36,7 | 43,9 | 117,9 | 122,5 | 123,3 |
| 1997 | 2.135 | 2.527 | 5.745 | 84,5 | 37,2 | 44,0 | 109,8 | 110,0 | 111,2 |
| 1998 | 2.249 | 2.605 | 5.910 | 86,3 | 38,0 | 44,1 | 102,9 | 103,1 | 105,3 |
| 1999 | 2.446 | 2.791 | 6.311 | 87,6 | 38,8 | 44,2 | 106,8 | 107,2 | 108,8 |
| 2000 | 2.699 | 3.054 | 6.886 | 88,4 | 39,2 | 44,4 | 109,1 | 109,4 | 110,3 |
| 2001 | 3.112 | 3.360 | 7.491 | 92,6 | 41,5 | 44,8 | 108,8 | 110,0 | 115,3 |
| 2002 | 3.539 | 3.891 | 8.378 | 91,0 | 42,2 | 46,4 | 111,8 | 115,8 | 113,7 |
| 2003 | 3.998 | 4.355 | 9.498 | 91,8 | 42,1 | 45,9 | 113,4 | 111,9 | 113,0 |
| 2004 | 4.210 | 4.899 | 10.692 | 85,9 | 39,4 | 45,8 | 112,6 | 112,5 | 105,3 |
| 2005 | 4.691 | 5.499 | 11.658 | 85,3 | 40,2 | 47,2 | 109,0 | 112,2 | 111,4 |
| 2006 | 5.507 | 6.028 | 12.687 | 91,3 | 43,4 | 47,5 | 108,8 | 109,6 | 117,4 |
| 2007 | 6.097 | 6.749 | 14.465 | 90,3 | 42,2 | 46,7 | 114,0 | 112,0 | 110,7 |
| 2008 | 6.640 | 7.297 | 15.720 | 91,0 | 42,2 | 46,4 | 108,7 | 108,1 | 108,9 |
| 2009[1] | 7.155 | 8.139 | 17.435 | 87,9 | 41,0 | 46,7 | 110,9 | 111,5 | 107,8 |

Fontes: IBGE (2009) e Ideme-PB.

Nota: [1] Estimativas.

Ou seja, pode-se inferir a presença de uma renda ou despesa pessoal estadual média inferior em 10% e metade da renda e/ou despesa regional e nacional, respectivamente. Esse comportamento pode ser associado à produtividade estadual, ao nível de qualificação da mão de obra (incluindo educação) e à capacidade de consumo,

investimento, gastos governamentais e comércio externo da Paraíba comparados ao comportamento médio regional e nacional.

Assim, a participação relativa da Paraíba no PIB *per capita* regional e nacional pode ser compreendida por meio do comportamento recente de sua economia, em termos de crescimento econômico ou produtivo *vis-à-vis* seu crescimento populacional. Como a variação do PIB *per capita* é sempre inferior à variação do PIB total, isso indica que o crescimento populacional reduz a variação da produção total. Esse crescimento da população está parcialmente associado ao saldo de migração interestadual, como foi visto na subseção 2.1 (tabela 2), e parcialmente associado a sua taxa de crescimento natural. A hipótese é de que o segundo fator atua de forma mais forte que o primeiro, já que o saldo migratório (negativo) é desfavorável ao estado.

• Investimento

Investimento é outra componente do lado da despesa (além do consumo, dos gastos de governo e da balança comercial) que tem efeito intenso no comportamento da produção da Paraíba ao longo do tempo e relação, conforme predição da teoria econômica, com o investimento realizado no estado no período analisado ou imediatamente precedente (tabela 15), tendo em vista que os seus efeitos possuem uma defasagem temporal sobre a produção.

TABELA 15
**Estados do Nordeste: relação investimento/PIB – 2002-2007**

| Estados/anos | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Despesa de capital/PIB (%) | | | | | | |
| Alagoas | 4,4 | 2,9 | 2,5 | 4,2 | 2,7 | 2,5 |
| Bahia | 2,9 | 2,7 | 2,3 | 2,2 | 2,3 | 2,0 |
| Ceará | 5,2 | 4,1 | 3,1 | 2,6 | 5,6 | 2,3 |
| Maranhão | 4,9 | 1,7 | 1,7 | 1,8 | 3,0 | 2,2 |
| Paraíba | 4,8 | 5,4 | 2,5 | 2,7 | 2,6 | 2,0 |
| Pernambuco | 3,7 | 0,4 | 1,8 | 1,9 | 2,1 | 1,8 |
| Piauí | 3,7 | 3,2 | 2,4 | 2,9 | 3,6 | 3,5 |
| Rio Grande do Norte | 2,5 | 2,1 | 2,6 | 2,9 | 3,3 | 2,3 |
| Sergipe | 3,2 | 2,2 | 2,7 | 2,8 | 3,1 | 1,6 |
| Nordeste[1] | 3,9 | 2,7 | 2,4 | 2,7 | 3,1 | 2,2 |

Fontes: IBGE e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Nota: [1] Valores referentes à média.

Não obstante o comportamento positivo da economia paraibana *vis-à-vis* os demais estados do Nordeste, observa-se um baixo índice de investimento em termos do PIB dos estados da região Nordeste e em particular da Paraíba (tabela 15). Em 2002, o percentual da despesa de capital/PIB da Paraíba[9] só era inferior ao do Maranhão e do Ceará. Em 2003, a Paraíba alcançou seu maior percentual de investimento/PIB (5,4%) durante o período em análise. Em 2004 obteve o quarto lugar, ficando com o mesmo nível percentual do Estado de Alagoas (2,5%). No ano de 2005, apesar de a Paraíba aumentar sua relação percentual considerando o ano anterior, houve uma queda no *ranking* entre os estados. Em 2006 o investimento como percentual do PIB colocou a Paraíba com o terceiro pior desempenho, ficando à frente apenas da Bahia e de Pernambuco. O ano de 2007 foi marcado como o pior ano para o estado desde 2002, com percentual abaixo da média regional (2% contra 2,2%). No entanto, para o ano de 2007, vale ressaltar que isto foi uma constatação em quase todos os estados do Nordeste, exceto para Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Piauí, que tiveram índices acima da média regional.

Os investimentos estaduais são complementados por ações da esfera federal, como no caso, por exemplo, dos efeitos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na região e no Estado da Paraíba especificamente (tabela 16). Ademais, o comportamento do investimento tem relação com o perfil da estrutura produtiva estadual e sua respectiva dinâmica setorial específica, como será visto na próxima seção. A baixa capacidade de investimento dos estados nordestinos pode ser, em parte, compensada pelo investimento da União e do setor privado. Em termos dos dados do PAC (etapa I), previsto no período 2007-2010, é possível observar a divisão dos recursos orçados por estado e por eixo de investimento (tabela 16).

Um quarto dos recursos do PAC para o período de quatro anos está previsto para ser aplicado no Nordeste. Do total de R$ 116 bilhões previstos para essa região, cerca de 7% está associado com a Paraíba; apenas Alagoas e Sergipe têm percentual inferior, 3,5% e 5%, respectivamente. O eixo social e urbano é aquele em que a Paraíba recebe o maior percentual de investimentos (15%), parcela inferior somente a Pernambuco,

9. Nesse ano de 2002, a parcela de investimento na receita total do estado atingiu seu maior nível desde 1988, na ordem de 17,5%, segundo a Secretaria da Receita, reforçando o índice do ano anterior, de 10,8%. A média do período 2000-2006 foi de 8%. Nos anos 1990 essa relação foi de 6,5%. Vale notar, ainda, que a receita própria alcança, no final dos anos 2000, cerca de 40% do total. Ou seja, o estado é bastante dependente das transferências constitucionais e, consequentemente, do investimento federal.

Bahia e Ceará, nessa ordem. Os estados do Ceará e da Bahia apresentam no eixo de logística os seus maiores percentuais. Já no Estado de Pernambuco o eixo com maior percentual é o de energia. Nos eixos de logística e de energia a Paraíba aparece com parcelas entre 2% e 3% do total previsto para a região. Comparando-se no eixo logístico, a Paraíba possui valores superiores aos estados do Rio Grande do Norte e de Sergipe. No eixo de energia, a Paraíba é o estado da região com menor parcela prevista de investimento (2,2%).

TABELA 16
**Brasil e Nordeste: investimentos do PAC (previsão) – 2007-2010**

| Estado | Investimentos (eixos) (% do Brasil e do Nordeste) | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Logística (a) | | Energia (b) | | Social e urbano (c) | | Total (a + b + c) | |
| Maranhão | 0,7 | 3,1 | 2,6 | 11,9 | 2,2 | 6,4 | 2,0 | 7,8 |
| Piauí | 4,3 | 18,0 | 1,1 | 4,9 | 1,6 | 4,7 | 2,1 | 8,0 |
| Ceará | 4,2 | 17,5 | 3,3 | 15,0 | 5,5 | 15,8 | 4,1 | 15,9 |
| Rio Grande do Norte | 0,6 | 2,5 | 2,1 | 9,8 | 3,6 | 10,2 | 2,1 | 8,2 |
| Paraíba | 0,7 | 2,9 | 0,5 | 2,2 | 5,3 | 15,1 | 1,8 | 6,9 |
| Pernambuco | 5,4 | 22,4 | 5,4 | 24,8 | 8,0 | 22,8 | 6,1 | 23,5 |
| Alagoas | 0,7 | 3,1 | 0,6 | 2,7 | 1,7 | 4,8 | 0,9 | 3,5 |
| Sergipe | 0,5 | 2,2 | 1,6 | 7,5 | 1,2 | 3,6 | 1,2 | 4,8 |
| Bahia | 6,8 | 28,5 | 4,6 | 21,2 | 5,8 | 16,6 | 5,5 | 21,4 |
| Nordeste = R$ 116 bilhões | 23,9 | 100,0 | 21,9 | 100,0 | 34,9 | 100,0 | 25,7 | 100,0 |
| Brasil = R$ 450 bilhões/4 anos | 100,0 | - | 100,0 | - | 100,0 | - | 100,0 | - |

Fonte: Presidência da República.

Na ótica macroeconômica da demanda, além do investimento, do consumo (que tem uma relação direta com o nível e o comportamento da renda média da população PIB *per capita* ou renda familiar média) e do gasto do governo (incluindo União, estados e municípios), o comércio externo é a última componente que interfere na dinâmica ou no crescimento da produção e da economia estadual. Duas vertentes são discutidas a seguir: a primeira, relacionada com o comércio interestadual; e a segunda, associada com o comércio internacional.

• Comércio interestadual e exterior

O comércio externo é outro fator determinante para a estrutura da produção interna e para a geração de emprego e renda de trabalho da população. Por outro lado, ele revela em parte as condições da estrutura produtiva da economia paraibana, ainda incipiente em produtos intensivos em tecnologia. Esse comportamento da estrutura produtiva tem ainda reflexo sobre a arrecadação estadual, como será visto mais adiante.

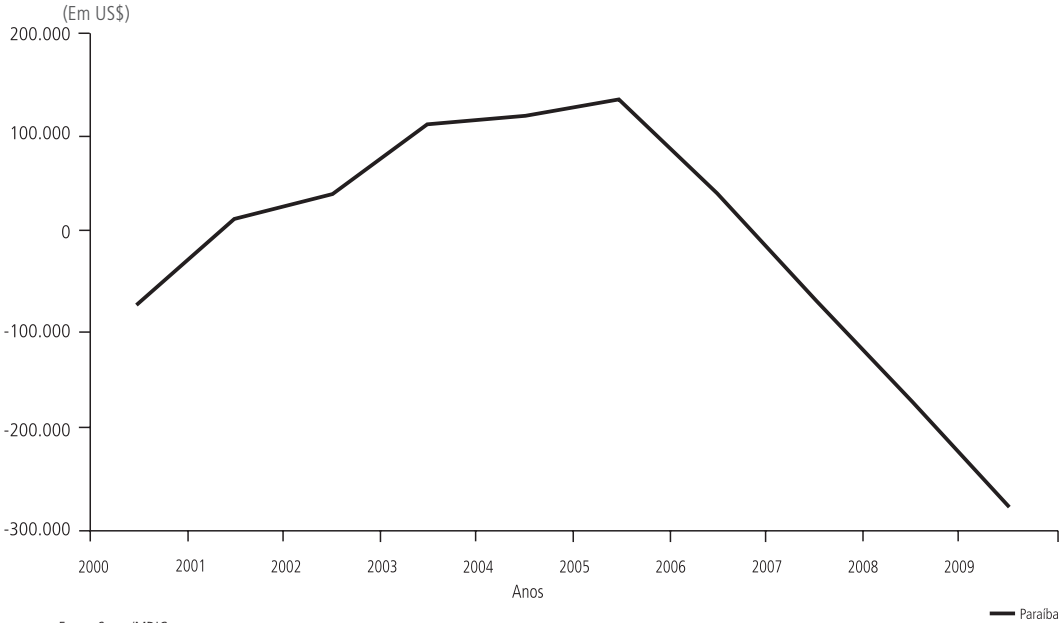
Do ponto de vista do comércio internacional, o estado apresentou até 2006 um saldo comercial positivo; a partir de 2007 esse saldo passa a ser crescentemente negativo (tabela 17 e gráfico 4), colocando o estado como importador líquido de bens e serviços interno e externo.

TABELA 17
**Paraíba e Nordeste: balança comercial**
(Em US$ milhões)

| Anos | Paraíba | | | Nordeste | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exportação | Importação | Saldo | Exportação | Importação | Saldo |
| 2000 | 78 | 150 | –73 | 4.026 | 4.776 | –750 |
| 2001 | 105 | 90 | 16 | 4.188 | 5.129 | –941 |
| 2002 | 118 | 79 | 39 | 4.656 | 4.660 | –4 |
| 2003 | 169 | 61 | 108 | 6.112 | 4.329 | 1.784 |
| 2004 | 214 | 98 | 116 | 8.043 | 5.510 | 2.533 |
| 2005 | 228 | 94 | 134 | 10.561 | 6.308 | 4.253 |
| 2006 | 209 | 169 | 40 | 11.629 | 8.855 | 2.774 |
| 2007 | 236 | 305 | –69 | 13.086 | 11.777 | 1.310 |
| 2008 | 228 | 396 | –169 | 15.452 | 15.526 | –75 |
| 2009 | 158 | 434 | –276 | 11.616 | 10.795 | 821 |

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (Secex)/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

GRÁFICO 4
**Saldo da balança comercial da Paraíba – 2000-2009**
(Em US$)




Fonte: Secex/MDIC.

O saldo da balança comercial externa do Estado da Paraíba não segue uma mesma tendência ou um mesmo padrão em relação ao Nordeste, nos anos analisados (tabela 17). Esse diferencial pode ser associado à estrutura produtiva interna e à dinâmica econômica específica do estado. Em 2000 tanto a Paraíba como a região Nordeste apresentam saldo negativo, no entanto aquele bem menor do que esse. Os anos de 2001 e 2002 foram marcados por saldos positivos para a Paraíba e negativos para o Nordeste. Nos anos de 2003 a 2006 o estado volta a seguir a trajetória do Nordeste, porém com saldos bem menores. Já nos anos de 2007 a 2009, a Paraíba volta a apresentar saldos negativos, sendo que em 2008 com o mesmo comportamento da região Nordeste. Dentre esses anos o de 2005 foi o melhor saldo (positivo) obtido pela Paraíba acompanhando o comportamento do Nordeste, enquanto o ano de 2009 foi o pior para o Estado. Já o Nordeste, no ano de 2001, teve o pior saldo negativo no período.

A Paraíba, no período 2000-2005, apresentou crescimento no saldo (positivo) da balança comercial. Mas, a partir de 2006 o saldo diminui a taxas crescentes até 2009, quando obtém o seu pior saldo negativo desde 2000. Esse resultado deve-se, em parte, aos saldos do setor de serviços e agropecuários (tabela 18), já que a indústria apresenta saldos positivos. Os principais países de destino das exportações paraibanas são: Estados Unidos, Espanha, Argentina, Austrália, Filipinas e Porto Rico, de acordo com o MDIC. Sendo os dois primeiros países os maiores importadores dos produtos paraibanos, atingidos fortemente pela crise econômica a partir de 2007, aventa-se a hipótese de que o resultado negativo da balança comercial paraibana teve alguma relação com esse fato. Os principais países de origem das importações paraibanas são: China, Estados Unidos, Vietnã, Alemanha, Argentina, Japão, Ilhas Virgens, Índia e Rússia.

O comércio por vias internas representa a outra componente fundamental para a economia da Paraíba; a maior parte das transações comerciais (95,1% das compras e 96,3% das vendas, em 2008). O volume de transações comerciais do estado com os mercados externos é pequeno, apenas 4,9% das compras e 3,7% das vendas são oriundas do comércio externo, como mostra a tabela 18. Os dados de comércio por vias internas para 2008 (FIEP, 2008) revelam um déficit comercial da Paraíba com os demais estados do país.

Esse comportamento pode ser associado a uma forte demanda interna estadual, da qual uma parcela significativa deve-se ao crescimento do consumo pessoal estadual,

que está relacionado com o crescimento da sua renda familiar *per capita*. Porém, parte dos bens consumidos internamente é proveniente de fora do estado (via importações), o que pode explicar, em parte, a dinâmica do comércio interno, discutida na próxima seção, que pode estimular ou desestimular a produção e o investimento produtivo internos. É possível crescer com base no consumo interno (via crescimento da renda interna ou gasto do governo). No entanto, é preciso avaliar a sustentabilidade do crescimento pautado apenas nessas duas componentes. Não há dúvida da importância do investimento como ampliador da capacidade produtiva interna, capaz de acompanhar o crescimento do consumo baseado na renda crescente interna, pautada fortemente em transferências (benefícios sociais, aposentadorias, bolsas etc.).

TABELA 18
**Paraíba: fluxo de comércio – 2008**

| Discriminação | Por vias internas e externas | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Compras (R$ milhões) | % | Vendas (R$ milhões) | % | Saldo (R$ milhões) | Variação % |
| Indústria | 4.670 | 31,0 | 6.617 | 58,0 | 1.946 | 1,4 |
| Serviços – agropecuária | 10.271 | 69,0 | 4.913 | 42,0 | –5.458 | 0,5 |
| Subtotal (1) | 14.944 | 100,0 | 11.336 | 100,0 | –3.606 | 0,8 |
| Discriminação | Por vias internas | | | | | |
| | Compras (R$ milhões) | % | Vendas (R$ milhões) | % | Saldo (R$ milhões) | % |
| Indústria | 4.274 | 28,6 | 6.216 | 54,8 | 1.941 | 1,4 |
| Serviços – agropecuária | 9.934 | 66,5 | 4.696 | 41,4 | –5.142 | 1,0 |
| Subtotal (1) | 14.210 | 95,1 | 10.913 | 96,3 | –3.296 | 0,8 |
| Discriminação | Comércio externo | | | | | |
| | Compras (R$ milhões) | % | Vendas (R$ milhões) | % | Saldo (R$ milhões) | Variação % |
| Indústria | 396 | 2,6 | 401 | 3,5 | 5 | 1,0 |
| Serviços – agropecuária | 337 | 2,3 | 21 | 0,2 | –316 | 0,1 |
| Subtotal (2) | 734 | 4,9 | 423 | 3,7 | –310 | 0,6 |
| Total (1) + (2) | 14.944 | 100,0 | 11.336 | 100,0 | –3.607 | 0,8 |

Fonte: Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP, 2008).

O saldo tanto do comércio por vias internas como do comércio externo se mostrou negativo, o que expressa o caráter deficitário da balança comercial paraibana. O único setor que registrou um saldo positivo foi o da indústria.

Considerando a pauta de exportação do estado (tabela 19), nota-se a sua extrema concentração: dois produtos compõem mais de 70% das exportações da Paraíba. Em carta à revista *Veja*, neste ano de 2010, o presidente da FIEP corroborou tal resultado.

Nas suas palavras "duas empresas do estado são responsáveis por mais de 2/3 das exportações paraibanas". No caso das importações, a pauta é mais diversificada, e observa-se, ao contrário da lista de exportação, a prevalência de produtos de maior valor agregado.

TABELA 19
**Principais produtos exportados e importados da Paraíba – 2010**

| Produtos exportados | US$ F.O.B. | % | Produtos importados | US$ F.O.B. | % |
|---|---|---|---|---|---|
| Calçados de borracha/plástico com parte superior em T | 34.146.837 | 35,9 | Calçados p/esportes, material têxtil/sola borracha | 17.641.410 | 6,6 |
| Roupas de toucador/cozinha, de tecidos atoalhados | 34.070.082 | 35,8 | Caminhões-guindastes capacidade máxima de elev. > = 60 t, ha | 15.375.358 | 5,7 |
| Açúcar de cana, em bruto | 7.011.680 | 7,6 | Coque de petróleo não calcinado | 13.384.834 | 5,0 |
| Álcool etílico não desnaturado com volume teor alcoólico | 3.552.760 | 3,7 | Algodão simplesmente debulhado, não cardado | 12.144.899 | 4,5 |
| Mamões (papaias) frescos | 1.370.430 | 1,4 | Tecido atoalhado, de algodão, cru | 8.947.349 | 3,3 |
| Tecido e feltro, utilizados em máquina para fabricação de papel | 1.345.058 | 1,4 | Outros pneus novos para ônibus ou caminhões | 8.661.503 | 3,2 |
| Ilmenita (minérios de titânio) | 1.320.143 | 1,4 | Camas dotadas de mecanismos p/usos clínicos | 6.762.488 | 2,5 |
| Tecido e feltro, utilizado em máquina para fabricação de papel | 1.257.741 | 1,3 | Trigo (exceto trigo duro ou p/semeadura) | 6.553.512 | 2,4 |
| Outros calçados, cobr. tornoz., part. sup. borracha, plástico | 1.157.638 | 1,2 | Pneus novos para automóveis de passageiros | 6.198.290 | 2,3 |
| Outros sucos de abacaxi | 1.139.708 | 1,2 | Tecido de filam. poliéster | 6.081.493 | 2,3 |

Fonte: Secex/MDIC.

Dentro desse contexto, identificam-se quais os principais setores de sua estrutura produtiva e como esta vem se comportando nos últimos anos, conforme está descrito na tabela 20. Como se pode observar, a agropecuária que participava com mais de 13% no VAB da Paraíba, no início do período analisado, no último ano contribuiu com apenas 5,6%. Essa redução da participação do setor agropecuário foi compensada com o aumento da participação da indústria, em particular da indústria de produção e distribuição de gás e eletricidade, e do setor de serviços, particularmente da administração pública. Assim como a indústria, o setor de serviços também apresentou crescimento em sua participação no PIB, passando de 67,9% em 1995, para 72% em 2007. Merece destaque o crescimento dos serviços de intermediação financeira e administração pública, que por sua vez tem efeitos no mercado de trabalho, como visto a seguir (gráfico 5).

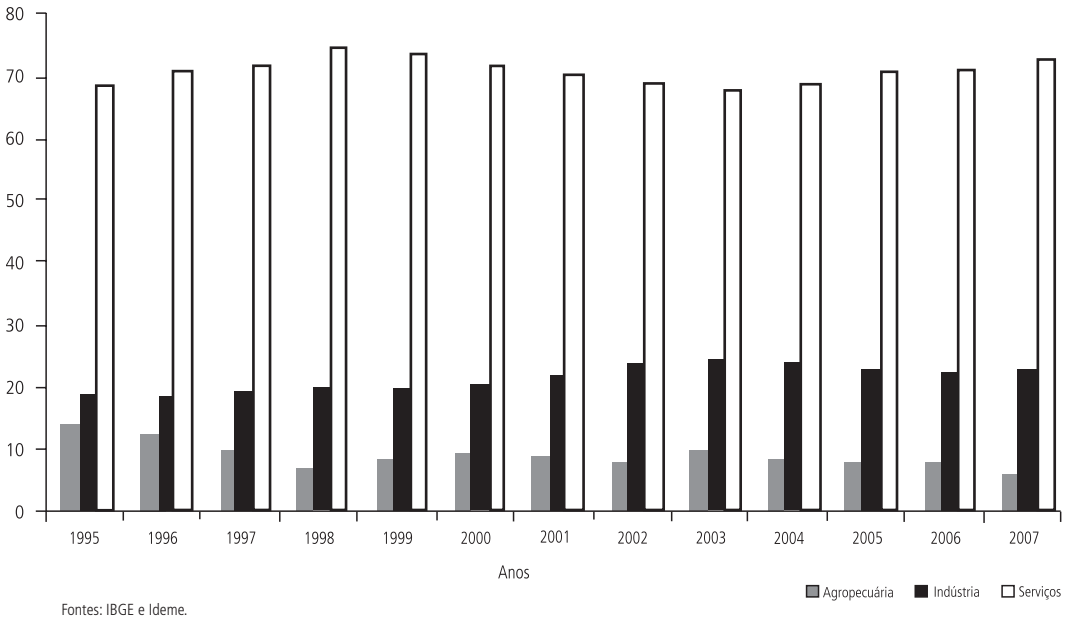
TABELA 20

**Estrutura da economia paraibana, taxa de crescimento e contribuição das atividades no crescimento total – 2003-2007**

| Atividade econômica | 2003 | | | 2005 | | | 2007 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estrutura do ano anterior | Taxa de crescimento (%) | Contribuição | Estrutura do ano anterior | Taxa de crescimento (%) | Contribuição | Estrutura do ano anterior | Taxa de crescimento (%) | Contribuição |
| Taxa de crescimento do PIB | | 5,29 | | | 3,98 | | | 2,21 | |
| Taxa de crescimento do VA total | 100,00 | 5,26 | 5,26 | 100,00 | 3,41 | 3,41 | 100,00 | 1,93 | 1,93 |
| Agricultura, silvicultura e exploração florestal | 5,31 | 14,20 | 0,75 | 5,89 | –8,08 | –0,48 | 5,28 | –16,43 | –0,87 |
| Pecuária e pesca | 2,28 | –4,85 | –0,11 | 2,21 | 5,51 | 0,12 | 1,92 | 6,67 | 0,13 |
| Indústria extrativa | 0,56 | 7,52 | 0,04 | 0,62 | –17,87 | –0,11 | 0,51 | 5,40 | 0,03 |
| Indústria de transformação | 10,12 | 21,02 | 2,13 | 11,51 | 5,10 | 0,59 | 10,02 | 0,97 | 0,10 |
| Construção civil | 6,28 | –3,03 | –0,19 | 4,67 | –5,16 | –0,24 | 5,13 | 7,48 | 0,38 |
| Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana | 6,67 | 1,80 | 0,12 | 6,57 | –3,12 | –0,20 | 6,33 | 5,94 | 0,38 |
| Comércio e serviços de manutenção e reparação | 10,24 | 3,36 | 0,34 | 11,06 | 16,55 | 1,83 | 12,17 | 1,89 | 0,23 |
| Serviços de alojamento e alimentação | 1,51 | 7,30 | 0,11 | 1,20 | 11,60 | 0,14 | 2,04 | –7,33 | –0,15 |
| Transportes, armazenagem e correio | 3,47 | –2,00 | –0,07 | 2,79 | 3,41 | 0,10 | 3,18 | 2,01 | 0,06 |
| Serviços de informação | 3,00 | –0,22 | –0,01 | 3,16 | –3,27 | –0,10 | 3,00 | 5,93 | 0,18 |
| Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados | 4,64 | 1,92 | 0,09 | 3,43 | 7,03 | 0,24 | 3,77 | 11,74 | 0,44 |
| Serviços prestados às famílias e associativas | 1,56 | 9,71 | 0,15 | 1,67 | 8,76 | 0,15 | 1,73 | 16,22 | 0,28 |
| Serviços prestados às empresas | 2,60 | 5,22 | 0,14 | 1,95 | 9,54 | 0,19 | 2,55 | 5,14 | 0,13 |
| Atividades imobiliárias e aluguéis | 9,98 | 9,41 | 0,94 | 9,74 | 3,47 | 0,34 | 8,18 | 3,59 | 0,29 |
| Administração, saúde e educação públicas | 28,43 | 2,33 | 0,66 | 29,93 | 1,30 | 0,39 | 30,64 | 1,81 | 0,55 |
| Saúde e educação mercantis | 1,91 | –1,31 | –0,03 | 1,87 | 5,97 | 0,11 | 1,61 | –7,89 | –0,13 |
| Serviços domésticos | 1,45 | 12,78 | 0,18 | 1,74 | 20,64 | 0,36 | 1,95 | –5,90 | –0,12 |

Fontes: IBGE (2009) e equipe de contas regionais na Paraíba/Ideme-PB.

GRÁFICO 5
**Participação no Valor Adicionado Bruto a preços básicos**




Fontes: IBGE e Ideme.

• Mercado de trabalho

A implementação das políticas de abertura comercial e a consequente reestruturação produtiva ocorrida no Brasil durante a década de 1990 desencadearam uma série de mudanças na composição setorial do emprego no país. No início do século, concomitantemente à consolidação do Plano Real, as mudanças no mercado do trabalho tiveram continuidade, resultando em alterações expressivas na composição setorial do emprego no Estado da Paraíba, como pode ser observado na tabela 21.[10] No setor agrícola, a participação do emprego declinou de 35,3% em 2002 para 24,2% em 2009, simultaneamente à queda do valor adicionado do setor, como mostra a tabela 20. Ao mesmo tempo em que, à exceção do setor de transporte e armazenagem, todos os demais setores da economia experimentaram um aumento na parcela total do emprego no estado. Ou seja, a urbanização do emprego no estado foi intensificada durante a década corrente.

10. Na tabela A.2 do anexo estão registrados os dados sobre o número de trabalhadores ocupados em cada um dos setores considerados.

TABELA 21
**Paraíba: participação setorial do emprego – 2002-2009**

| Setor | Anos | | |
|---|---|---|---|
| | 2002 | 2005 | 2009 |
| Agrícola | 35,3 | 32,2 | 24,2 |
| Indústria | 9,9 | 10,7 | 11,5 |
| Construção | 5,9 | 4,2 | 7,7 |
| Comércio e reparação | 14,4 | 15,7 | 16,2 |
| Alojamento e alimentação | 2,8 | 3,2 | 3,7 |
| Transporte, armazenagem e comunicação | 3,6 | 3,3 | 3,4 |
| Administração pública | 6,2 | 6,7 | 7,7 |
| Educação, saúde e serviços sociais | 9,0 | 8,7 | 10,1 |
| Serviços domésticos | 6,3 | 8,3 | 8,2 |
| Outras atividades | 6,7 | 7,6 | 7,4 |

Fonte: PNAD (microdados).

A composição do emprego setorial por faixas de escolaridade nos anos de 2002, 2005 e 2009 pode ser vista na tabela 22. Em todos os anos considerados, os dados mostram, entre outros aspectos, a elevada concentração de trabalho com baixo nível de escolaridade (menos de oito anos de estudo) nos setores de agricultura, construção civil, transporte e armazenagem e serviços domésticos. No setor agropecuário, por exemplo, em 2002, 95,6% dos trabalhadores tinham menos de oito anos de estudo, ou não haviam concluído o ensino fundamental. Nesse mesmo ano, 2,76% dos trabalhadores tinham entre oito e dez anos de estudo e 1,67% possuíam mais de dez anos de estudo.

TABELA 22
**Paraíba: composição do emprego – setor e escolaridade – 2002**
(Em %)

| Setor | Faixas de anos de estudo | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Menos de 8 | | | Entre 8 e 10 | | | Mais de 10 | | |
| | 2002 | 2005 | 2009 | 2002 | 2005 | 2009 | 2002 | 2005 | 2009 |
| Agrícola | 95,7 | 91,7 | 87,1 | 2,8 | 5,1 | 7,4 | 1,6 | 3,1 | 5,5 |
| Indústria | 64,1 | 58,1 | 46,2 | 14,7 | 14,7 | 17,5 | 21,3 | 27,3 | 36,3 |
| Construção | 83,9 | 83,7 | 74,6 | 9,1 | 9,2 | 13,6 | 7,0 | 7,2 | 11,9 |
| Comércio e reparação | 62,9 | 53,6 | 44,1 | 15,9 | 18,3 | 19,0 | 21,2 | 28,1 | 37,0 |
| Alojamento e alimentação | 52,1 | 61,7 | 42,5 | 21,9 | 14,8 | 23,0 | 26,0 | 23,5 | 34,5 |
| Transporte, armazenagem | 70,3 | 68,3 | 53,9 | 10,7 | 9,2 | 16,4 | 19,0 | 22,5 | 29,8 |
| Administração pública | 31,9 | 23,1 | 21,3 | 13,0 | 13,6 | 12,3 | 55,1 | 63,2 | 66,4 |
| Educação, saúde e serviços sociais | 23,6 | 18,4 | 13,2 | 10,5 | 10,4 | 5,2 | 65,9 | 71,2 | 81,6 |
| Serviços domésticos | 87,8 | 79,2 | 68,4 | 8,9 | 11,1 | 17,6 | 3,3 | 9,7 | 14,0 |
| Outras atividades | 53,7 | 55,3 | 32,4 | 14,7 | 14,6 | 22,9 | 31,6 | 30,1 | 44,8 |

Fonte: PNAD (microdados).

Todavia nos anos seguintes, nota-se uma gradativa melhora na escolaridade média do trabalhador paraibano em todos os setores. Na atividade de serviços domésticos, em 2002, 87,8% dos trabalhadores não tinham oito anos de estudo. Já em 2009, essa estatística caiu para 68,7% ao mesmo tempo em que o percentual de empregados nesse setor com mais de dez anos de estudo (ou com ensino médio completo) aumentou de 2,8% para 14%. Na indústria, houve uma queda de 20 p.p. no total de trabalhadores com menos de oito anos de estudo, ao mesmo tempo em que o percentual de empregados com mais de dez anos de estudo aumentou 15 p.p. Tais resultados são um claro resultado da universalização do ensino básico e fundamental no país que se iniciou ao longo da década de 1990 como ilustrado nos indicadores de educação anteriormente apresentados. Por outro lado, parte dessas mudanças pode ter acontecido devido à mobilidade intersetorial de trabalhadores. Seria o caso, por exemplo, de um indivíduo que trabalhava em 2002 no setor de serviços domésticos e que, após ter feito um curso superior ou técnico, passou a trabalhar no setor de educação, saúde e serviços sociais.

No mais, recapitulando os dados sobre migração na Paraíba, viu-se que o estado tem um saldo migratório negativo com os demais estados do Nordeste. Levando em conta o fato de os indivíduos que migram para fora da Paraíba serem menos escolarizados, em média, do que os que chegam, levanta-se aqui a hipótese de que o ingresso de trabalhadores mais escolarizados vindos de outros estados também tem contribuído para uma melhoria da escolaridade do trabalhador no estado.

Avaliando ainda o perfil educacional do trabalhador na Paraíba, os dados da tabela 23 mostram a concentração de trabalhadores com certo nível de escolaridade nos setores de atividade econômica.[11] Na Paraíba, do total de trabalhadores com menor nível de escolaridade, na classificação aqui adotada, 40,6% estão na administração pública. A indústria absorve 19,4% desses trabalhadores e o setor serviços, 14,5%. No Brasil, a administração pública emprega 13,6% dessa população e o setor serviços é quem mais emprega os indivíduos com esse nível de escolaridade. Entre os mais escolarizados destaca-se o fato de a administração pública empregar 64% do total de trabalhadores na Paraíba. Um percentual acima do observado no Nordeste e no Brasil.

11. Na tabela 23 os setores seguem outra classificação, pois os dados foram retirados da Rais que possui um nível de desagregação setorial diferente da PNAD.

TABELA 23
**Paraíba, Nordeste e Brasil: perfil do trabalhador – 2008**

| Setor | Analfabeto – médio incompleto | | | Médio completo – superior incompleto | | | Superior completo – doutorado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Paraíba | Nordeste | Brasil | Paraíba | Nordeste | Brasil | Paraíba | Nordeste | Brasil |
| Agropecuária | 5,2 | 7,2 | 7,5 | 0,6 | 0,9 | 1,0 | 0,2 | 0,4 | 0,5 |
| Indústria | 19,4 | 22,0 | 24,5 | 14,2 | 12,6 | 19,5 | 3,5 | 4,7 | 9,3 |
| Construção civil | 10,2 | 9,2 | 8,3 | 2,5 | 3,1 | 2,8 | 1,0 | 1,4 | 1,3 |
| Comércio | 10,0 | 13,6 | 17,9 | 22,4 | 23,1 | 24,1 | 3,1 | 3,6 | 5,4 |
| Serviços | 14,5 | 22,3 | 28,2 | 23,7 | 29,5 | 33,4 | 28,2 | 29,7 | 37,4 |
| Administração pública | 40,6 | 25,7 | 13,6 | 36,5 | 30,8 | 19,0 | 64,0 | 60,3 | 46,1 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Na tabela 24, estão reportadas as taxas de ocupação da população em idade ativa (PIA) que engloba os indivíduos com dez anos ou mais. De 2002 a 2005 houve um pequeno aumento na taxa de ocupação, que passou de 54,1% para 54,8%. Todavia, em 2009 o nível de ocupação caiu para 49,9% no estado. Um fenômeno semelhante ao observado no Nordeste onde o percentual da PIA caiu de 54,9% em 2005 para 54,4%. Tal redução pode ser ainda um reflexo do crescimento real negativo da economia brasileira observado em 2009, como resultante da crise financeira mundial. Diferentemente do Nordeste e da Paraíba, no Brasil houve um aumento na taxa de ocupação entre 2005 e 2009. Porém, segundo dados do IBGE (2010c), a taxa de ocupação no país caiu de 57,5% em 2008 para 56,5% em 2009.

TABELA 24
**Paraíba: nível de ocupação – população com dez anos ou mais por faixas de escolaridade – 2002 e 2009**
(Em %)

| Faixas de escolaridade (anos de estudo) | Ocupado | | | Desocupado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2002 | 2005 | 2009 | 2002 | 2005 | 2009 |
| Sem instrução | 55,6 | 55,7 | 46,3 | 44,5 | 44,3 | 53,7 |
| 1 a 3 anos | 54,9 | 51,6 | 45,7 | 45,1 | 48,4 | 54,3 |
| 4 a 7 anos | 44,9 | 46,6 | 39,9 | 55,1 | 53,4 | 60,1 |
| 8 a 10 anos | 51,5 | 52,9 | 46,9 | 48,5 | 47,1 | 53,1 |
| 11 a 14 anos | 64,8 | 68,9 | 66,0 | 35,2 | 31,1 | 34,0 |
| 15 anos ou + | 85,1 | 79,9 | 78,3 | 14,9 | 20,1 | 21,7 |
| Total na Paraíba | 52,9 | 54,8 | 48,7 | 47,1 | 45,2 | 51,3 |
| Total no Nordeste | 53,6 | 54,9 | 54,4 | 46,4 | 45,1 | 45,6 |
| Total no Brasil | 55,2 | 56,6 | 56,9 | 44,8 | 43,4 | 43,1 |

Fonte: PNAD de 2009 (microdados). Elaboração própria.

A tabela mostra, também, a taxa de ocupação por nível de escolaridade. De forma geral, nota-se que entre os indivíduos de baixa escolaridade (com menos de quatro anos de estudo) a taxa de ocupação é consideravelmente menor em todos os anos. Nota-se também uma taxa de ocupação maior (próxima ou acima dos 65%) entre os indivíduos com mais de dez anos de estudo. Na população com mais de 15 anos de estudo, a taxa de ocupação é maior do que nos demais estratos em todos os anos.

Entre 2005 e 2009 houve uma redução nas taxas de ocupação em todos os níveis de escolaridade. De forma geral, a queda para quem não tem o ensino médio completo (7 p.p.) foi cerca de três vezes maior do que a redução da taxa de ocupação dos indivíduos com mais de dez anos de estudo (2,2 p.p.). Nos extremos dos níveis de escolaridade, de um lado entre os sem instrução, a taxa de ocupação caiu em 9,5 p.p., e do outro, a taxa de ocupação decresceu apenas 1,6 p.p. para quem tem 15 anos ou mais de estudo. Em síntese, além de ter uma situação ocupacional mais desfavorável, os menos escolarizados foram os que mais sofreram com os efeitos do baixo crescimento observado em 2009. O baixo efeito da crise sobre o nível de ocupação entre os mais escolarizados na Paraíba, certamente, deveu-se ao fato de a maior parte desses trabalhadores estar empregada no setor público.

Nos últimos meses, de acordo com os dados do MTE (tabela 25), a Paraíba tem apresentado saldos[12] positivos no número de empregos formais. Entre setembro de 2009 e agosto de 2010, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) registrou 21.905 novos postos de trabalhos formais além dos desligamentos no mesmo período no estado, representando um aumento de 7,7%. No mesmo período, a taxa de crescimento do emprego formal no Nordeste foi de 8,46%, e no Brasil 6,9%. Dentre os estados do Nordeste, apenas Alagoas apresentou taxa de crescimento do emprego inferior à da Paraíba (4,43%). Do saldo de emprego no Nordeste acumulado no período, a Paraíba contribuiu com 5,31%, um número inferior à participação do estado no PIB regional, que é de 6,6%. Já a participação da Paraíba no saldo nacional é de 0,84% que é bastante próxima à participação do PIB do estado no Brasil (0,9%).

12. O saldo de empregos é a diferença entre as contratações e os desligamentos no período.

TABELA 25
**Saldo líquido de empregos formais nos estados do Nordeste e no Brasil entre setembro de 2009 e agosto de 2010**

| Estado | Saldo de emprego (pessoas) | Crescimento (%) | Participação no saldo do Nordeste (%) | Participação no saldo do Brasil (%) |
|---|---|---|---|---|
| Maranhão | 25.465 | 7,83 | 6,17 | 0,98 |
| Piauí | 22.824 | 11,11 | 5,53 | 0,87 |
| Ceará | 86.327 | 9,93 | 20,91 | 3,31 |
| Rio Grande do Norte | 27.696 | 8,09 | 6,71 | 1,06 |
| Paraíba | 21.905 | 7,70 | 5,31 | 0,84 |
| Pernambuco | 88.991 | 9,18 | 21,56 | 3,41 |
| Alagoas | 11.298 | 4,43 | 2,74 | 0,43 |
| Sergipe | 20.430 | 8,94 | 4,95 | 0,78 |
| Bahia | 107.873 | 7,72 | 26,13 | 4,13 |
| Nordeste | 412.809 | 8,46 | - | 15,82 |
| Brasil | 2.609.607 | 6,90 | - | - |

Fontes: CAGED/MTE e Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

A distribuição do saldo total do emprego formal por setor de atividade na Paraíba está reportada na tabela 26. No mês de agosto de 2010, os setores que mais contribuíram para a geração de emprego na Paraíba foram a indústria e o setor agrícola, com quase 75% do total de novos empregos formais. Há de se ressaltar que no referido período, com um grande número de empregos gerados, no acumulado dos últimos 12 meses, nota-se uma distribuição mais equilibrada do emprego entre os setores da indústria, construção civil, comércio e serviços, com cada um deles contribuindo com cerca de um quarto do total de novas vagas de trabalho. O setor agrícola contribuiu negativamente para a geração de emprego nos últimos meses na Paraíba. Ou seja, no setor o número de desligamentos superou o número de contratações em 838 empregos.

Entre 2002 e 2009 houve mudanças no nível de formalização[13] do trabalho na economia paraibana, conforme sugerem os dados da tabela 27. No período em questão, a parcela de trabalhadores informais caiu de 48,9% para 42,7%. Um fenômeno semelhante aconteceu no Nordeste e no Brasil. Muito embora tenha havido essa melhora, a diferença entre a ocupação informal da força de trabalho no estado e no Brasil ainda é 14,5 p.p., praticamente a mesma observada em 2002. Uma parcela dessa queda na informalidade pode ser atribuída à redução do emprego agrícola na Paraíba, onde, segundo dados do IBGE (2010c), cerca de 80% dos trabalhadores não tinham carteira assinada.

13. Considera-se trabalhador formal aquele que possui carteira assinada ou é militar ou funcionário público estatutário. O trabalhador informal consiste nos sem carteira assinada e outros.

TABELA 26
**Saldo de empregos por setor de atividade econômica na Paraíba entre os meses de setembro de 2009 e agosto de 2010**

| Meses | Atividades | | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Indústria | Construção civil | Comércio | Serviço | Agropecuária | |
| Setembro/2009 | 2.067 | 298 | 479 | 816 | 983 | 4.643 |
| Outubro/2009 | 473 | 970 | 795 | 515 | 483 | 3.236 |
| Novembro/2009 | 664 | 444 | 1.328 | 339 | 96 | 2.871 |
| Dezembro/2009 | –69 | –361 | 192 | –655 | –82 | –975 |
| Janeiro/2010 | 120 | 836 | –60 | 499 | –1.333 | 62 |
| Fevereiro/2010 | –854 | 645 | 556 | 785 | –1.427 | –2.950 |
| Março/2010 | –3.112 | 385 | 190 | 249 | –1.729 | –4.017 |
| Abril/2010 | –440 | 472 | 308 | 413 | –959 | –206 |
| Maio/2010 | 726 | 665 | 806 | 859 | 50 | 3.106 |
| Junho/2010 | 923 | 319 | 671 | 449 | 225 | 2.587 |
| Julho/2010 | 1.044 | 254 | 183 | 631 | 317 | 2.429 |
| Agosto/2010 | 3.744 | 619 | 576 | 987 | 2.538 | 8.464 |
| Acumulado nos 12 meses | 5.286 | 5.546 | 6.024 | 5.887 | –838 | 21.905 |
| Participação no último mês (%) | 44,23 | 7,31 | 6,81 | 11,66 | 29,99 | 100,00 |
| Participação nos 12 meses (%) | 24,13 | 25,32 | 27,50 | 26,88 | –3,83 | 100,00 |

Fontes: CAGED/MTE e BNB, 2010.

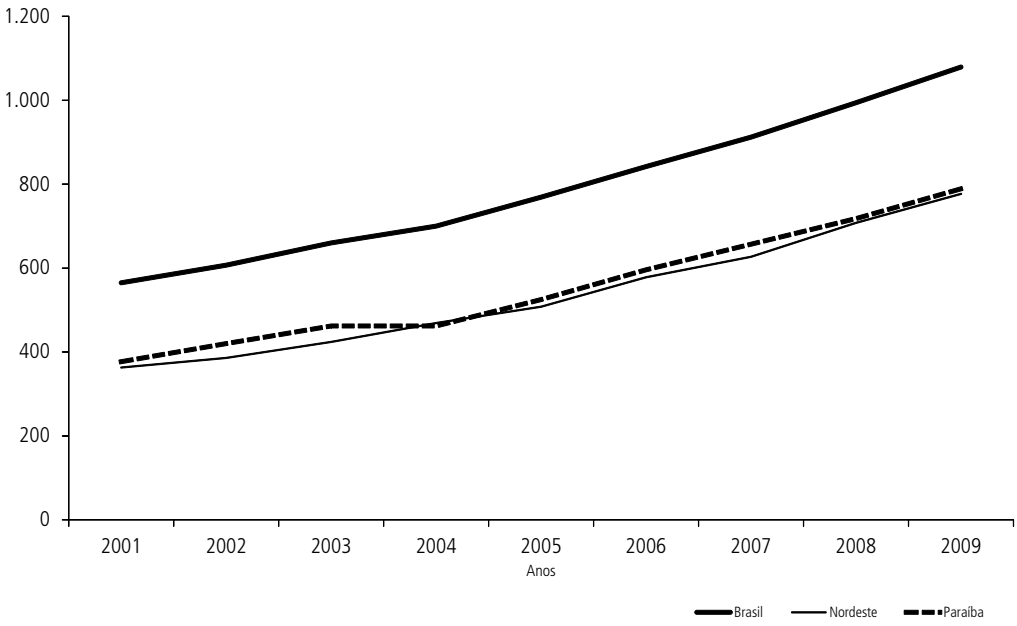
TABELA 27
**Paraíba, Nordeste e Brasil: trabalho formal e informal entre 2002 e 2009**
(Em %)

| Tipo de ocupação | 2002 | | | 2005 | | | 2009 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Paraíba | Nordeste | Brasil | Paraíba | Nordeste | Brasil | Paraíba | Nordeste | Brasil |
| Formal | 51,2 | 50,5 | 65,8 | 52,4 | 52,4 | 67,7 | 57,3 | 57,9 | 71,8 |
| Informal | 48,9 | 49,5 | 34,2 | 47,6 | 47,6 | 32,3 | 42,7 | 42,1 | 28,2 |

Fonte: PNAD/IBGE.

A trajetória do rendimento médio mensal do trabalho na Paraíba nos últimos anos pode ser observada no gráfico 6. Entre 2001 e 2009 o rendimento médio do trabalho aumentou de R$ 377 para R$ 789, um aumento de mais de 100%. O rendimento do trabalho na Paraíba e no Nordeste cresceu quase à mesma taxa. Fazendo o cotejo com a média nacional, constata-se que, em 2001, o rendimento médio do trabalho na Paraíba equivalia a 67% do salário médio no Brasil (R$ 565). Em 2009, a média estadual era 73% da nacional (R$ 1.079). O que pode estar associado como o aumento da formalização do trabalho na Paraíba.

GRÁFICO 6
**Paraíba, Nordeste e Brasil: rendimento médio mensal do trabalho – 2001 e 2009**
(Em R$)




Fonte: PNAD/IBGE.

Embora o estado esteja atrás da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Maranhão, quando o parâmetro de análise é o PIB, a Paraíba se encontra em uma posição privilegiada no quesito competitividade, possuindo o segundo maior nível de competitividade do Nordeste e o 11º do país (tabela 28). O Índice de Competitividade Estadual (ICE) é um indicador elaborado pela Organização Movimento Brasil Competitivo, que utiliza um amplo conjunto de dados divididos em três subíndices: qualificação da força de trabalho, conhecimento e inovação e infraestrutura. A Paraíba se destaca em qualificação da força de trabalho, conhecimento e inovação, em decorrência das universidades e centros de pesquisas, notadamente reconhecidos, mas perde muito em itens de infraestrutura como portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, fato que reduz em muito a sua competitividade.

TABELA 28
**ICE – 2006**

| Unidades da Federação (UFs) | ICE | | Qualificação da força de trabalho | | Conhecimento e inovação | | Infraestrutura | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Índice | *Rank* | Índice | *Rank* | Índice | *Rank* | Índice | *Rank* |
| Pernambuco | 0,436 | 1º | 0,529 | 2º | 0,357 | 1º | 0,423 | 3º |
| Paraíba | 0,432 | 2º | 0,54 | 1º | 0,356 | 2º | 0,399 | 4º |
| Sergipe | 0,408 | 3º | 0,459 | 3º | 0,258 | 6º | 0,505 | 1º |
| Rio Grande do Norte | 0,400 | 4º | 0,365 | 5º | 0,344 | 3º | 0,491 | 2º |
| Ceará | 0,352 | 5º | 0,387 | 4º | 0,336 | 4º | 0,331 | 7º |
| Bahia | 0,341 | 6º | 0,327 | 6º | 0,317 | 5º | 0,377 | 6º |
| Alagoas | 0,299 | 7º | 0,266 | 7º | 0,248 | 7º | 0,382 | 5º |
| Piauí | 0,237 | 8º | 0,211 | 8º | 0,242 | 9º | 0,257 | 8º |
| Maranhão | 0,192 | 9º | 0,154 | 9º | 0,246 | 8º | 0,176 | 9º |

Fonte: ICE (2006, p. 12).

## 3 A PARAÍBA NO CONTEXTO INTERNO

Nesta seção serão analisadas as informações do Estado da Paraíba, do ponto de vista interno. Ou seja, os aspectos populacionais, produtivos, de emprego serão tratados levando-se em conta sua distribuição nas 12 regiões geoadministrativas (RGs) do estado.[14] Da visão macroestadual anterior, faz-se aqui uma análise sobre como a população, a produção e o emprego, entre outros aspectos, se distribuem e se comportam dentro do próprio estado.

As 12 RGs do estado foram definidas a partir de sedes municipais que, dentre outros critérios, constituem núcleos urbanos principais e secundários paraibanos. No primeiro nível (ordem 1 ou capital regional A), encontra-se a aglomeração metropolitana de João Pessoa; no segundo nível (ordem 2 ou capital regional b), a aglomeração não metropolitana de Campina Grande; em terceiro nível (ordem 3) as aglomerações não metropolitanas de Cajazeiras e Souza (centro sub-regional A); em quarto nível (centro urbano de ordem 1) encontra-se a cidade de Patos (centro sub-regional A).[15] As demais sedes encontram-se em níveis (ou ordens) inferiores de urbanidade, apesar de poder citar Guarabira (capital sub-regional A), Itaporanga (centro sub-regional B),

14. A partir de 2010 foram criadas mais duas regiões administrativas.
15. Patos é uma das cidades onde são encontradas algumas divergências entre os dois estudos citados (IPEA/IBGE/UNICAMP, 2002; IBGE, 2009).

Monteiro e Catolé do Rocha (centro de zona A) como centros promissores (IPEA/IBGE/UNICAMP, 2002; IBGE, 2009).

Entende-se que a dinâmica de sub-regiões estaduais passa, necessariamente, por um conjunto de ações e de resultados encadeados a partir desses núcleos urbanos, capazes de organizar suas áreas de entorno, integrando municípios com capacidade inferior de sua infraestrutura urbana, de disponibilidade de bens e serviços e de escala econômica. O crescimento econômico das RGs apresenta especificidades decorrentes dos seus aspectos físicos, de ocupação populacional e das estruturas produtivas, com desdobramentos sobre o mercado de trabalho e no processo de geração e distribuição de renda entre as diversas regiões da Paraíba.

- População

Mais da metade da população do estado está concentrada em duas regiões: João Pessoa e Campina Grande (tabela 29). A taxa de crescimento anual da primeira região é a maior e a única superior à média estadual. Ela também é a única com ganho de participação na população total do estado. A segunda região com maior peso populacional é a região com sede em Campina Grande, em torno de 22% na população estadual. Contudo, sua taxa de crescimento foi inferior à média estadual, de 0,8%. A terceira região com maior participação da população tem sede em Guarabira, participando em relação ao total da população estadual com 8%. Como ela encontra-se no litoral ou Zona da Mata, reitera-se a concentração da população já encontrada na região de João Pessoa.

TABELA 29

**Paraíba: população e taxa de crescimento por RG – 2002-2007**

| Divisão geoadministrativa/ | PIB 2002 | | PIB 2007 | | Variação % | Var. anual nom. % | População | | | | Taxa geométrica de crescimento anual (%) | PIB *per capita* 2002 | PIB *per capita* 2007 | Variação % | Var. anual % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | (R$ mil) | (%) | (R$ mil) | (%) | | | 2002 | (%) | 2007 | (%) | | | | | |
| Estado | 12.433.902 | 100,0 | 22.201.750 | 100,0 | 0,79 | 0,16 | 3.455.985 | 100,0 | 3.641.395 | 100,0 | 0,8 | 3.597,79 | 6.097,05 | 0,69 | 0,12 |
| 1ª região: João Pessoa | 6.594.231 | 53,0 | 11.506.776 | 51,8 | 0,74 | 0,15 | 1.190.126 | 34,4 | 1.255.813 | 34,5 | 1,39 | 5.540,78 | 9.162,81 | 0,65 | 0,11 |
| 2ª região : Sede Guarabira | 616.433 | 5,0 | 1.138.635 | 5,1 | 0,85 | 0,17 | 293.449 | 8,5 | 297.578 | 8,2 | 0,24 | 2.100,65 | 3.826,34 | 0,82 | 0,14 |
| 3ª região: Campina Grande | 2.552.222 | 20,5 | 4.747.267 | 21,4 | 0,86 | 0,17 | 795.027 | 23,0 | 814.897 | 22,4 | 0,57 | 3.210,23 | 5.825,60 | 0,81 | 0,14 |
| 4ª região: Cuité | 192.314 | 1,6 | 333.018 | 1,5 | 0,73 | 0,15 | 95.295 | 2,8 | 103.201 | 2,8 | 0,68 | 2.018,09 | 3.226,89 | 0,60 | 0,10 |
| 5ª região: Sede Monteiro | 218.324 | 1,8 | 425.468 | 1,9 | 0,95 | 0,19 | 103.410 | 3,0 | 108.731 | 3,0 | 0,75 | 2.111,25 | 3.913,03 | 0,85 | 0,14 |
| 6ª região: Patos | 514.900 | 4,1 | 874.282 | 3,9 | 0,70 | 0,14 | 211.807 | 6,1 | 219.419 | 6,0 | 0,74 | 2.430,99 | 3.984,53 | 0,64 | 0,11 |
| 7ª região: Itaporanga | 276.918 | 2,2 | 463.820 | 2,1 | 0,67 | 0,13 | 146.342 | 4,2 | 147.682 | 4,1 | 0,04 | 1.892,27 | 3.140,67 | 0,66 | 0,11 |
| 8ª região: Catolé do Rocha | 200.534 | 1,6 | 385.283 | 1,7 | 0,92 | 0,18 | 103.037 | 3,0 | 107.233 | 2,9 | 0,66 | 1.946,23 | 3.592,95 | 0,85 | 0,14 |
| 9ª região: Cajazeiras | 358.121 | 2,9 | 708.105 | 3,2 | 0,98 | 0,20 | 105.923 | 3,1 | 164.138 | 4,5 | 0,62 | 3.380,96 | 4.314,08 | 0,28 | 0,05 |
| 10ª região: Sousa | 364.784 | 2,9 | 682.558 | 3,1 | 0,87 | 0,17 | 163.947 | 4,7 | 167.350 | 4,6 | 0,35 | 2.225,01 | 4.078,63 | 0,83 | 0,14 |
| 11ª região: Princesa Isabel | 134.903 | 1,1 | 234.079 | 1,0 | 0,74 | 0,15 | 76.641 | 2,2 | 79.878 | 2,2 | 0,48 | 1.760,19 | 2.930,46 | 0,66 | 0,11 |
| 12ª região: Itabaiana | 410.218 | 3,3 | 702.458 | 3,2 | 0,71 | 0,14 | 170.981 | 5,0 | 175.475 | 4,8 | 0,39 | 2.399,20 | 4.003,18 | 0,67 | 0,11 |

Fontes: IBGE e equipe de Contas Regionais do Brasil/Ideme-PB.

• Produção (PIB) e VAB

Na RG de João Pessoa está concentrado mais da metade do PIB estadual, apesar de ocorrer uma pequena redução de sua participação entre 2002 e 2007, de 53% para 52%, respectivamente. Note-se que a concentração produtiva nessa região é maior que a sua parcela de concentração populacional vista anteriormente. Seguindo o mesmo comportamento anterior da população, a região de Campina Grande ocupa a segunda posição, neste caso, com parcelas bastante semelhantes, em torno de 20%. No caso da RG de Guarabira ocorre o contrário, sua parcela populacional é maior que a sua parcela na produção, podendo significar que as pessoas moram lá, mas trabalham (produzem) em João Pessoa, ou que há baixo emprego na RG de Guarabira.

Os dados citados permitem constatar, portanto, a concentração econômica e populacional no Estado da Paraíba, em torno de 2/3 do total estadual, em três RGs. As outras nove regiões produziram e concentraram população da ordem de um terço do total.

• PIB *per capita*

Do ponto de vista da renda média ou PIB *per capita* apenas a RG de João Pessoa apresenta valor acima da média estadual, apesar de a variação entre 2002 e 2007 ter ficado abaixo da média estadual (58% contra 69%). Em ordem decrescente, as RGs de Cajazeiras, Monteiro, Catolé do Rocha, Sousa, Guarabira e Campina Grande foram as que apresentaram variação da renda *per capita* acima da média estadual. As demais apresentaram variação inferior à média, com destaque exatamente para a RG de João Pessoa, com o menor valor (tabela 30).

TABELA 30
**Paraíba: PIB *per capita* por RG – 2002-2007**

| Divisão geoadministrativa | PIB *per capita* 2002 | PIB *per capita* 2007 | Variação % |
|---|---|---|---|
| Total estado | 3.610,49 | 6.097,05 | 69 |
| 1ª região: sede João Pessoa | 5.785,30 | 9.162,81 | 58 |
| 2ª região: sede Guarabira | 2.106,33 | 3.826,34 | 82 |
| 3ª região: sede Campina Grande | 3.258,79 | 5.825,60 | 79 |
| 4ª região: sede Cuité | 1.954,23 | 3.226,89 | 65 |
| 5ª região: sede Monteiro | 2.116,26 | 3.913,03 | 85 |
| 6ª região: sede Patos | 2.470,49 | 3.984,53 | 61 |
| 7ª região: sede Itaporanga | 1.880,92 | 3.140,67 | 67 |
| 8ª região: sede Catolé do Rocha | 1.958,01 | 3.592,95 | 83 |
| 9ª região: sede Cajazeiras | 2.278,57 | 4.314,08 | 89 |
| 10ª região: sede Sousa | 2.233,46 | 4.078,63 | 83 |
| 11ª região: sede Princesa Isabel | 1.746,16 | 2.930,46 | 68 |
| 12ª região: sede Itabaiana | 2.402,14 | 4.003,18 | 67 |

Fontes: IBGE e equipe de Contas Regionais do Brasil/Ideme-PB.

• Valor adicionado por setores econômicos nas RGs – 2002-2007

As informações constantes na tabela 31 mostram o peso dos setores de atividades econômicas nas 12 RGs, medido pelo PIB, com relação ao valor adicionado, que não inclui os impostos.

TABELA 31
**Valor adicionado por atividade econômica nas RGs da Paraíba**

| Divisão geoadministrativa | Agropecuária | | | | Indústria | | | | Serviços | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2002 | % | 2007 | % | 2002 | % | 2007 | % | 2002 | % | 2007 | % |
| Paraíba | 843.591 | 100,00 | 1.118.235 | 100,00 | 2.629.107 | 100,00 | 4.463.768 | 100,00 | 7.653.882 | 100,00 | 14.352.582 | 100,00 |
| 1ª região: João Pessoa | 240.631 | 28,50 | 304.585 | 27,20 | 1.634.181 | 62,20 | 2.530.397 | 56,70 | 3.804.743 | 49,70 | 7.127.747 | 49,70 |
| 2ª região: Guarabira | 97.907 | 11,60 | 146.703 | 13,10 | 68.582 | 2,61 | 150.359 | 3,37 | 424.526 | 5,55 | 786.443 | 5,48 |
| 3ª região: Campina Grande | 151.447 | 18,00 | 230.652 | 20,60 | 626.981 | 23,90 | 1.149.515 | 25,80 | 1.556.211 | 20,30 | 2.947.237 | 20,50 |
| 4ª região: Cuité | 17.887 | 2,12 | 32.524 | 2,91 | 18.048 | 0,69 | 37.740 | 0,85 | 150.163 | 1,96 | 252.101 | 1,76 |
| 5ª região: Monteiro | 35.639 | 4,22 | 48.715 | 4,36 | 20.357 | 0,77 | 44.183 | 0,99 | 154.966 | 2,02 | 318.610 | 2,22 |
| 6ª região: Patos | 33.926 | 4,02 | 47.640 | 4,26 | 66.341 | 2,52 | 131.886 | 2,95 | 360.036 | 4,70 | 640.781 | 4,46 |
| 7ª região: Itaporanga | 43.638 | 5,17 | 46.007 | 4,11 | 27.271 | 1,04 | 52.615 | 1,18 | 196.507 | 2,57 | 349.693 | 2,44 |
| 8ª região: Catolé do Rocha | 16.235 | 1,92 | 23.723 | 2,12 | 25.608 | 0,97 | 59.250 | 1,33 | 148.302 | 1,94 | 283.235 | 1,97 |
| 9ª região: Cajazeiras | 29.113 | 3,45 | 27.885 | 2,49 | 39.940 | 1,52 | 88.681 | 1,99 | 263.603 | 3,44 | 533.282 | 3,72 |
| 10ª região: Souza | 39.843 | 4,72 | 50.097 | 4,48 | 45.684 | 1,74 | 88.202 | 1,98 | 259.191 | 3,39 | 500.037 | 3,48 |
| 11ª região: Princesa Isabel | 25.450 | 3,02 | 24.043 | 2,15 | 10.366 | 0,39 | 25.816 | 0,58 | 95.928 | 1,25 | 177.827 | 1,24 |
| 12ª região: Itabaiana | 111.875 | 13,30 | 135.663 | 12,10 | 45.749 | 1,74 | 105.122 | 2,36 | 239.706 | 3,13 | 435.589 | 3,03 |

Fontes: IBGE e Ideme.

• Setor agropecuário

Destacam-se as RGs de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Itabaiana, com participação no valor adicionado total da agropecuária no estado de 27,2%, 20,6%, 13,1% e 12,1%, respectivamente, que conjuntamente participaram, em 2007, com 73,1% do valor total adicionado nesse setor (tabela 31).

Na região de João Pessoa, destacam-se a produção de cana-de-açúcar, abacaxi, mandioca, além da fruticultura. A pecuária também possui peso significativo. Os municípios com maior destaque na produção da região são: Santa Rita, Sapé, Pedras de Fogo, Cruz do Espírito Santo, Alhandra e Pitimbú.

Nas regiões de Campina Grande e de Guarabira, os municípios com maior peso na agropecuária são: Alagoa Nova, com a produção de banana, cana-de-açúcar, mandioca, milho e feijão; Campina Grande, que possui uma atividade pecuária bastante desenvolvida; além de Guarabira, que tem a avicultura entre as suas principais atividades.

As demais RGs integrantes do Semiárido como Patos, Itaporanga, Monteiro e Cuité apresentaram uma participação média da ordem de 4% no valor total da agropecuária em 2007.

• Setor industrial

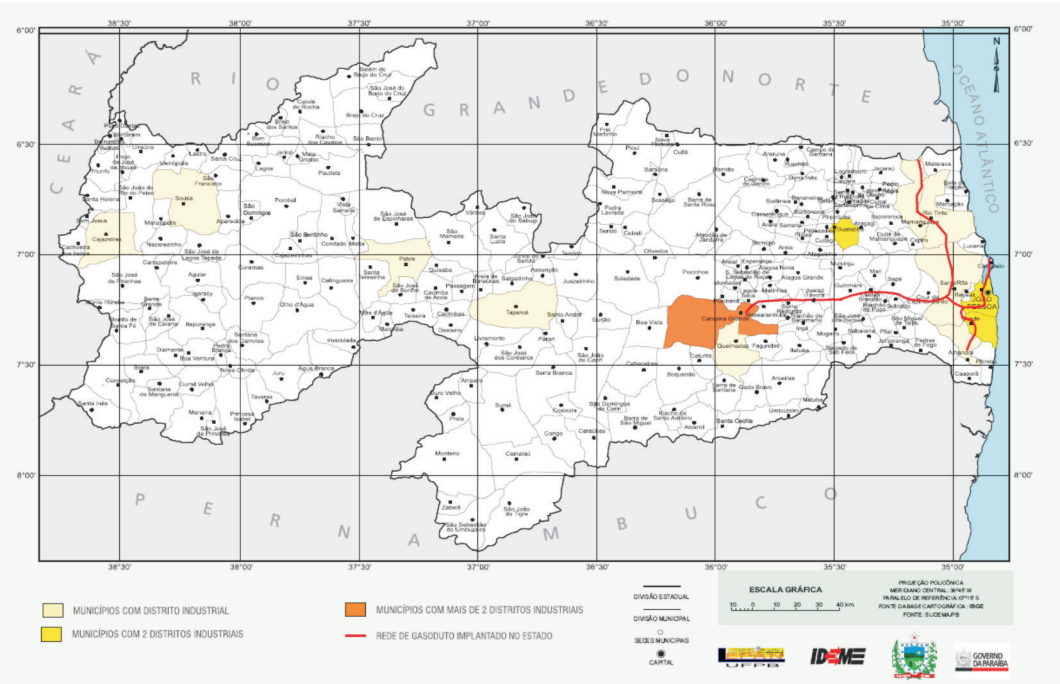
As atividades industriais a exemplo do que acontece na agropecuária, no Estado da Paraíba, apresentam-se também de forma bastante concentrada. As informações apresentadas na tabela 31 indicam que apenas duas regiões, João Pessoa e Campina Grande, em 2007, foram responsáveis por 82,44% de todo o valor adicionado pelo setor industrial no estado.

Na capital do estado, João Pessoa, está concentrado o maior número de empresas ligadas à indústria de transformação, aos ramos de produtos alimentares e bebidas, a indústrias têxteis e de minerais não metálicos, e também as maiores empresas do ramo da construção civil.

Em Campina Grande o peso das atividades industriais está centrado nos ramos de produtos têxteis, couros e calçados, bebidas e produtos alimentares, além de empresas voltadas para o desenvolvimento de tecnologia da informação. As RGs de Guarabira e de Patos participaram com 3,37% e 2,95% do valor adicionado pelo setor industrial paraibano em 2007, respectivamente.

Além da concentração espacial da atividade industrial paraibana, chama a atenção o baixo grau de industrialização existente no estado. São poucos os municípios dotados de distritos industriais, dos 223 municípios existentes, apenas 13 possuem polos industriais (mapa 1), sendo eles: João Pessoa, Santa Rita, Conde, Alhandra, Rio Tinto, Mamanguape, Guarabira, Campina Grande, Queimadas, Taperoá, Patos, Souza e Cajazeiras. Entre estes, apenas quatro possuem mais de um polo industrial: João Pessoa, Conde e Guarabira, com dois distritos industriais cada; e Campina Grande, cidade com centro tecnológico de ponta do estado, com mais de dois distritos industriais, como se pode observar no mapa 1.

MAPA 1
**Distritos industriais da Paraíba**




Fonte: Extraído do *Anuário Estatístico da Paraíba* 2008.

• Serviços

O setor de serviços também registrou uma forte concentração na economia estadual. Tanto em 2002 como também em 2007, foi mantida uma forte concentração nas RGs de João Pessoa e de Campina Grande, com participação de 49,6% e 20,5%, respectivamente, o que representa aproximadamente 70% do valor adicionado total gerado pelo setor de serviços, que encontra nas atividades de educação, saúde, administração pública, comércio, turismo e de intermediação financeira seus principais suportes econômicos.

A região com sede em Guarabira participou em 2002 e em 2007 com 5% numa estrutura produtiva centrada na produção de bens e serviços especializados nas áreas de saúde e educação, que atendem a todos os municípios da região do Brejo paraibano. Vale ressaltar que as regiões que adicionaram valor em menor proporção foram: Cuité, Catolé do Rocha e Princesa Isabel, como mostra a tabela 30.

• Medidas de localização e especialização

A partir dos dados anteriores (tabela 31) sobre o valor adicionado dos três setores (agropecuária, indústria e comércio e serviços) e das 12 RGs, três matrizes setoriais-espaciais (PIB por setor e região administrativa, estrutura setorial do PIB e estrutura regional do PIB) foram construídas para a Paraíba (ver anexo). Essas matrizes são úteis para o cálculo de medidas de localização e de especialização (HADDAD *et al.*, 1989), para o conhecimento dos padrões setoriais e regionais de crescimento econômico no estado, bem como para a formulação de políticas produtivas, tendo em vista um processo de descentralização ou de reconversão produtiva, por exemplo.

A primeira matriz compreende as informações do Valor Agregado (VA) setoriais de cada região (RG). A partir dela, outras duas matrizes são derivadas, mostrando em termos percentuais: a distribuição do VA total de cada setor produtivo para cada RG e a distribuição do VA de cada setor internamente a cada RG. As medidas calculadas dizem respeito à localização das atividades entre as regiões, ou seja, indicam a concentração ou dispersão espacial da produção setorial, comparando os anos de 2002 e 2007.

A primeira medida é o quociente locacional, que compara a participação percentual de uma região, em um setor particular, em relação à participação percentual

da mesma região no total da produção do estado. Se o quociente for maior do que o valor unitário, a região é relativamente mais especializada, no contexto estadual, em relação ao setor considerado. Neste caso, observa-se que a RG 1 (João Pessoa) e a RG 3 (Campina Grande) são aquelas em que o setor industrial é mais relevante. Porém, percebe-se que a primeira vem reduzindo seu quociente (de 1,22 para 1,13), enquanto a segunda vem aumentando (de 1,14 para 1,19). Já com o quociente dessas duas regiões associado ao setor de serviços ocorre o contrário: aumento na primeira (de 0,97 para 0,99) e redução na segunda (de 0,97 para 0,95), o que pode ser uma tendência de especialização de serviços e comércio em João Pessoa e da indústria em Campina Grande.

As regiões com maior importância no setor agropecuário podem ser divididas entre aquelas com redução no quociente (RG 5, 7, 11 e, especialmente, 12, com aumento nos quocientes relativos ao setor de serviços e comércio) e aquelas com aumento no quociente (RG 2, 4 e 6, que apresentam queda no quociente no setor de serviços). No setor de serviços as regiões 2, 3, 4, 6 e 8 tiveram queda no quociente locacional, mas com aumento nos seus indicadores no setor industrial. Em suma, os dados sugerem uma mudança nas especializações regionais do Estado.

A segunda medida refere-se ao Coeficiente de Localização e relaciona a distribuição percentual do VA em um dado setor entre as regiões com a distribuição percentual do VA total estadual. Se o valor se aproxima de 1 (ou de zero), o setor apresenta um padrão de concentração regional mais (ou menos) intenso do que o conjunto dos setores. Neste caso, os resultados para a agropecuária e para a indústria demonstram uma redução de valor, tendendo a zero, entre 2002 e 2007, demonstrando que há uma tendência de desconcentração regional.

• Medidas regionais

As medidas regionais têm como objetivo investigar o grau de especialização das economias regionais, bem como o processo de diversificação produtiva observada nos dois anos considerados. A despeito do prazo curto de análise (seis anos – entre 2002 e 2007) é possível perceber algumas indicações de mudanças de padrões.

O Coeficiente de Especialização compara a estrutura produtiva da região com a estrutura produtiva estadual. Quanto mais próximo de zero o valor encontrado, a

região terá uma semelhança ao padrão do estado, caso contrário, a região terá uma estrutura diferenciada. De maneira geral, os valores encontrados são mais próximos de zero, mas algumas regiões apresentam valores superiores, tais como as RGs 2, 4, 5, 7, 9, 11 e 12.

O coeficiente de reestruturação avalia o grau de mudança na especialização; quanto mais próximo de zero, menor a existência de variação estrutural. Nesse caso, as RGs 11 (Princesa Isabel) e 12 (Itabaiana) foram as que apresentaram os maiores valores (0,09 e 0,081, respectivamente). Além dessas, outras regiões com valores entre 0,061 e 0,045 também sugerem pequenas variações de especializações, quais sejam, em ordem decrescente, as RGs 7 (Itaporanga), 5 (Monteiro), 9 (Cajazeiras) e 1 (João Pessoa).

• Método de análise diferencial-estrutural

Trata-se de uma técnica que procura descrever o crescimento econômico de uma região em termos de sua estrutura produtiva, para identificar os componentes desse crescimento da variável básica, neste caso, da produção ou do valor adicionado (VA), em dois tempos: 2002 e 2007. A base lógica é de que o crescimento do VA ou do produto é maior em alguns setores (ou em algumas regiões) do que em outros setores (ou em outras regiões).

Uma determinada região pode ter um ritmo de crescimento maior do que a média estadual porque em sua composição produtiva predominam setores mais dinâmicos ou porque ela participa de forma crescente da distribuição regional do produto ou do VA. Nesse sentido, esse crescimento pode ser decomposto em três componentes: variação regional (R), variação proporcional ou estrutural (P), que identifica quais setores crescem mais, e a variação diferencial (D). Esta última componente (diferencial) indica o montante (positivo ou negativo) de produto ou VA que uma região conseguirá porque a taxa de crescimento do produto, em determinados setores, foi maior (ou menor) nesta região do que na média estadual. A componente estrutural (P) representa o montante adicional (positivo ou negativo) de produto ou VA que uma região poderá obter como resultante de sua composição industrial; se a região estiver se especializando em setores da economia estadual que apresentam taxas de crescimento altas (positivo) ou baixas (negativo) em relação à média estadual.

Os resultados demonstram que todas as regiões tiveram uma variação líquida total negativa, porém algumas apresentaram efeito combinado de uma variação diferencial

desfavorável com uma variação estrutural também desfavorável, como nos casos das RGs 1 (João Pessoa), 4 (Cuité), 6 (Patos), 7 (Itaporanga) e 11 (Princesa Isabel). Nas outras regiões, apesar de apresentarem variação diferencial favorável, o efeito líquido foi negativo devido à variação estrutural desfavorável superior, quais sejam, as RGs 2 (Guarabira), 3 (Campina Grande), 5 (Monteiro), 8 (Catolé do Rocha), 9 (Cajazeiras), 10 (Souza) e 12 (Itabaiana).

TABELA 32
**Paraíba: análise diferencial-estrutural – 2002-2007**

| | rtt | somat 2002 | R | P | D |
|---|---|---|---|---|---|
| Paraíba | 1,791618 | 11.126.580 | 8808005 | –1,6978253 | 1,69782527 |
| 1ª região: João Pessoa | 1,754139 | 5.679.555 | 4283174 | –9962729 | –265462,73 |
| 2ª região: Guarabira | 1,833295 | 591.015 | 492490 | –1083505 | 41209,9867 |
| 3ª região: Campina Grande | 1,853565 | 2.334.639 | 1992765 | –4327404 | 143935,123 |
| 4ª região: Cuité | 1,732232 | 186.098 | 136267 | –322365 | –13573,879 |
| 5ª região: Monteiro | 1,950626 | 210.962 | 200546 | –411508 | 39110,7647 |
| 6ª região: Patos | 1,782102 | 460.303 | 360004 | –820307 | –12440,201 |
| 7ª região: Itaporanga | 1,676470 | 267.416 | 180899 | –448315 | –24322,021 |
| 8ª região: Catolé do Rocha | 1,925941 | 190.145 | 176063 | –366208 | 23113,1527 |
| 9ª região: Cajazeiras | 1,953514 | 332.656 | 317192 | –649848 | 49136,486 |
| 10ª região: Souza | 1,851763 | 344.718 | 293618 | –638336 | 21922,2314 |
| 11ª região: Princesa Isabel | 1,728246 | 131.744 | 95942 | –227686 | –3533,8225 |
| 12ª região: Itabaiana | 1,702298 | 397.330 | 279044 | –676374 | 904,907813 |
| | ritagro | ritind | ritserv | | |
| | 1,3255677 | 1,69782527 | 1,875203 | | |

Fonte: IBGE e Ideme. Elaboração própria.

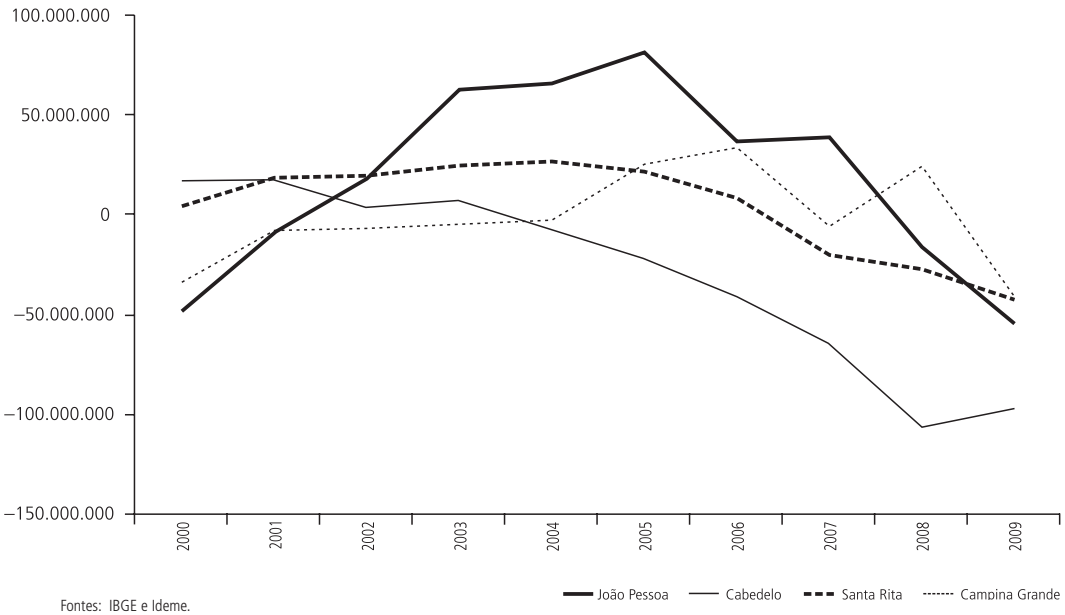
Obs: Os resultados do ponto de vista produtivo podem ainda ser considerados no contexto do seu efeito sobre o comércio internacional.

• Comércio externo

O comportamento da balança comercial paraibana (como visto na seção anterior) pode ser decomposto pelos municípios principais. Dados do MDIC mostram, em geral, dinâmicas comerciais distintas entre os principais municípios paraibanos para os quais existem dados disponíveis, como ilustram os gráficos 7, 8 e 9 a seguir.

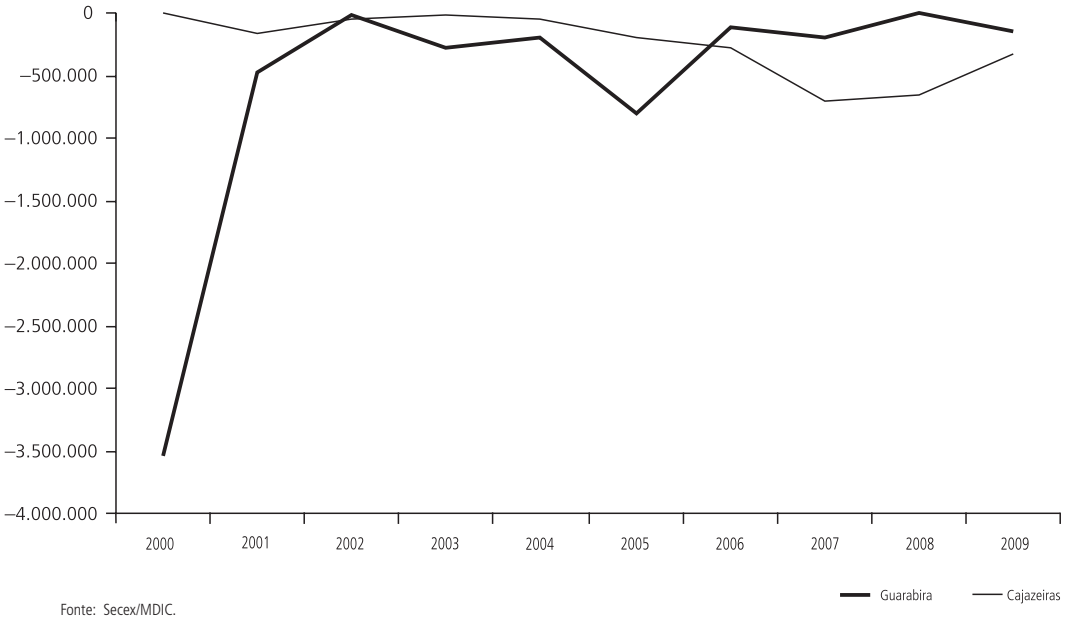
Como se observa nestes gráficos, no último ano (2009) todos os municípios paraibanos têm registrado déficit em suas transações comerciais com outros países, ano marcado pela crise econômica internacional que certamente influenciou de forma negativa as exportações da Paraíba. Também podem ter concorrido para esse resultado a apreciação da taxa de câmbio e a queda do preço das *commodities* exportadas pela Paraíba.

GRÁFICO 7
**Balança comercial: João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita e Campina Grande – 2000-2009**
(Em US$)



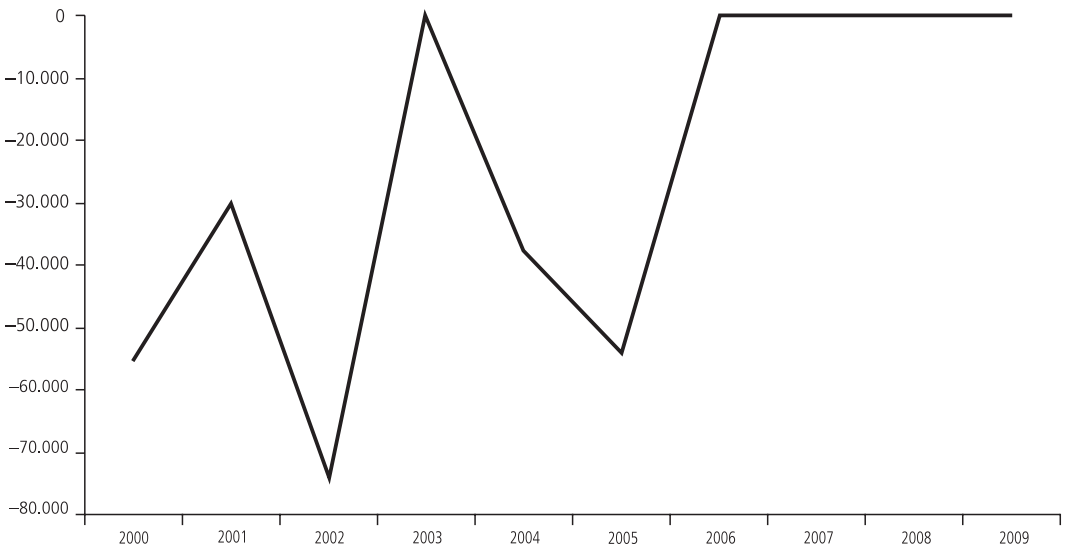

Fontes: IBGE e Ideme.

GRÁFICO 8
**Balança comercial de Guarabira e Cajazeiras – 2000-2009**
(Em US$)




Fonte: Secex/MDIC.

GRÁFICO 9
**Saldo da balança comercial de Patos – 2000-2009**




Fonte: Secex/MDIC.

Os principais produtos exportados pelo município de João Pessoa são roupas e tecidos, que representam mais de 90% do total exportado pela capital paraibana, seguidos de sucos, frutas e fio de algodão, enquanto os principais produtos importados são tecidos e máquinas.

No município de Campina Grande, os principais produtos exportados são calçados, que representam 93% de suas exportações; já os principais produtos importados são máquinas e equipamentos.

Em Santa Rita os principais produtos exportados são o açúcar e o cordel de sisal, que juntos somam mais de 87% do total exportado pelo município. Já os principais produtos importados são os calçados e as máquinas (36% das importações).

Os principais produtos exportados por Bayeux (RM de João Pessoa) são ligados a indústrias de calçados e têxteis, enquanto são importados outros tipos de produtos da mesma indústria de tecidos (comércio intraindústria), além de outros produtos manufaturados, bens de capital e agrícola (trigo).

TABELA 33
**Principais produtos exportados e importados de João Pessoa – 2009**

| Produtos exportados | US$ F.O.B. | % | Produtos importados | US$ F.O.B. | % |
|---|---|---|---|---|---|
| Roupas de toucador/cozinha, de tecido atoalhado, de algodão | 59.176.882 | 84,7 | Tecido atoalhado, de algodão, cru | 13.716.141 | 10,6 |
| Tecido atoalhado, de algodão, cru | 1.973.772 | 2,8 | Máquinas para fiação de matérias têxteis | 12.729.419 | 9,8 |
| Tecido e feltro, utilizados em máquinas para fabricação de papel, p < 650g/m2 | 1.868.305 | 2,6 | Outras máquinas e aparelhos para impressão *offset*, alimentada por bobinas | 6.900.000 | 5,3 |
| Tecido e feltro, utilizados em máquinas para fabricação de papel, p > = 650g/m2 | 1.742.771 | 2,5 | Outros tecidos de malha, fibras sintéticas, tingidos | 5.556.703 | 4,3 |
| Outros sucos de abacaxi | 1.694.179 | 2,4 | Tecido de filam. poliéster textura >= 85%, tintos, s/borracha | 4.839.735 | 3,7 |
| Suco de abacaxi com valor Brix <= 20 | 1.283.366 | 1,8 | Lamin. ferro/aço, l >= 6dm, galvan. eletroliticam. E < 4.75mm | 4.318.854 | 3,3 |
| Outras frutas congeladas não cozidas, cozidas em água/vapor | 344.779 | 0,4 | Outros tecidos de malha, fibras sintéticas, estampados | 4.176.882 | 3,2 |
| Quartzitos, em bruto ou desbastados | 264.263 | 0,3 | Lamin. ferro/aço, L > = 6dm, galvan. outro proc. E < 4.75mm | 3.040.687 | 2,3 |
| Fio algodão >= 85%, cru, simpl. fibra não pent. 192.3 <= t < 232.5d | 231.281 | 0,3 | Outras bobinadeiras de matéria têxtil com atador automático | 2.994.440 | 2,3 |
| Outros desperdícios de algodão | 213.967 | 0,3 | Bentonita | 2.300.387 | 1,7 |

Fonte: Secex/MDIC.

TABELA 34
**Principais produtos exportados e importados de Campina Grande – 2009**

| Produtos exportados | US$ F.O.B. | % | Produtos importados | US$ F.O.B. | % |
|---|---|---|---|---|---|
| Calçados de borracha/plástico com parte superior em tiras etc. | 57.874.294 | 93,0 | Máquinas e aparelhos autopropulsados, de esteiras, cap. Elev. > = 70t | 19.596.088 | 19,0 |
| Outros granitos trabalhados de outro modo e suas obras | 1.684.013 | 2,7 | Outras máquinas e aparelhos mecânicos com função própria | 7.966.706 | 7,7 |
| Granito talhado ou serrado, de superfície plana ou lisa | 588.891 | 0,9 | Outras máquinas e aparelhos autopropulsados, de pneumáticos | 5.417.926 | 5,2 |
| Quartzo | 527.880 | 0,8 | Borracha de estireno-butadieno, em outras formas primárias | 4.806.262 | 4,6 |
| Solas exteriores e saltos, de borracha ou plástico | 297.615 | 0,4 | Outros aparelhos e dispositivos para trat. mater. modif. temperat. | 4.192.861 | 4,0 |
| Outras máquinas para fabricar guipuras, rendas etc. e inserir tufos | 215.000 | 0,3 | Caminhões-guindastes capacidade máxima de elev. > = 60t, haste telescópica | 3.658.736 | 3,5 |
| Outras obras de borracha vulcanizada, não endurecida | 192.692 | 0,3 | Microprocessadores mont. para superfície (SMD) | 3.615.439 | 3,5 |
| Partes superiores de calçados e seus componentes | 139.919 | 0,2 | Máquinas rotativas para heliogravura | 3.344.612 | 3,2 |
| Outras fechaduras e ferrolhos, de metais comuns | 109.947 | 0,1 | Outras bombas de ar/coifas aspirantes para extração/reciclagem | 2.878.201 | 2,7 |
| Outras chapas etc. de outros plásticos, estratificadas | 102.295 | 0,1 | Outros condutores eletr. para tensão <= 80v | 2.409.654 | 2,3 |

Fonte: Secex/MDIC.

TABELA 35

**Principais produtos exportados e importados de Santa Rita – 2009**

| Produtos exportados | US$ F.O.B. | % | Produtos importados | US$ F.O.B. | % |
|---|---|---|---|---|---|
| Açúcar de cana, em bruto | 6.066.514 | 69,5 | Calcados para esportes etc. de matérias têxteis, sola de borracha/plástico | 20.432.317 | 38,1 |
| Cordéis de sisal/outras fibras "agave", para atadeiras/enfard. | 1.581.984 | 18,1 | Calçados para outros esportes, de borracha ou plástico | 11.758.508 | 21,9 |
| Calçados p/outros esportes, de couro natural | 442.985 | 5,0 | Máquinas para fiação de matérias têxteis | 3.187.615 | 5,9 |
| Calçados para esportes etc. de matérias têxteis, sola borracha/plástico | 271.510 | 3,1 | Calçados para outros esportes, de couro natural | 1.695.703 | 3,1 |
| Máquinas e aparelhos para encher/fechar latas, capsular vasos etc. | 157.496 | 1,8 | Abrigos para esportes, de malha de fibras sintéticas | 1.540.830 | 2,8 |
| Calçados para outros esportes, de borracha ou plástico | 48.295 | 0,5 | Cardas para preparação de outras matérias têxteis | 1.447.797 | 2,7 |
| Outros calçados | 37.498 | 0,4 | Outras partes de calçados etc. de outras matérias | 1.286.640 | 2,4 |
| Bolsas de outras matérias | 20.451 | 0,2 | Outros vestuários de fibras sintéticas/ artificiais de uso masculino | 1.193.137 | 2,2 |
| Outros calçados de matéria têxtil, sola de borracha/plástico | 11.742 | 0,1 | Penteadoras de matérias têxteis | 1.052.501 | 1,9 |
| Partes de máquinas e aparelhos para limpar/ secar/encher/fechar etc. | 8.615 | 0,1 | Outras máquinas para preparação de matéria têxtil | 1.034.473 | 1,9 |

Fonte: Secex/MDIC.

TABELA 36

**Principais produtos exportados e importados de Bayeux – 2009**

| Produtos exportados | US$ F.O.B. | % | Produtos importados | US$ F.O.B. | % |
|---|---|---|---|---|---|
| Outras chapas etc. de poliuretanos, alveolares | 709.062 | 33,30 | Tecido impregnado/revestido etc. com poliuretano | 2.380.365 | 26,8 |
| Outros calçados d/ cobr. tornoz. parte superior de borracha, plástico | 677.588 | 31,80 | Outros calçados cobr. tornoz. parte superior de borracha, plástico | 816.398 | 9,2 |
| Calçados para outros esportes, de borracha ou plástico | 386.904 | 18,10 | Aparelhos ar condicionado Split System, C <= 30000 frig./H, para janelas | 667.222 | 7,5 |
| Tapete de outra matéria têxtil, de ponto nodado/enrolado | 110.960 | 5,20 | Falsos tecidos de outros Filamentos sintéticos/ artificiais 70 < P <= 150g/M2 | 559.572 | 6,3 |
| Fios de outras fibras têxteis vegetais | 83.200 | 3,90 | Contêineres (contentores) incl. de transp. fluidos etc. | 540.000 | 6,0 |
| Calçados p/esportes etc. de matéria têxtil sola de borracha/plástico | 80.053 | 3,70 | Outros calçados de matéria têxtil, sola de borracha/plástico | 454.334 | 5,1 |
| Outros calçados de matéria têxtil, sola de borracha/plástico | 50.786 | 2,30 | Farinha de trigo | 419.709 | 4,7 |
| Partes superiores de calçados e seus componentes | 19.224 | 0,90 | Outros poliuretanos em blocos irregulares, pedaços, pós etc. | 280.465 | 3,1 |
| Solas exteriores e saltos, de borracha ou plástico | 9.728 | 0,40 | Solas exteriores e saltos, de borracha ou plástico | 237.582 | 2,6 |
| Palmilhas de outras matérias | 1.381 | 0,06 | Outros refrigeradores, vitrinas, balcões etc. para produtos de frio | 214.624 | 2,4 |

Fonte: Secex/MDIC.

O principal produto exportado por Cabedelo (80%) é granito, enquanto os produtos importados envolvem trigo, ferro e coque de petróleo.

TABELA 37
**Principais produtos exportados e importados de Cabedelo – 2009**

| Produtos exportados | US$ F.O.B. | % | Produtos importados | US$ F.O.B. | % |
|---|---|---|---|---|---|
| Granito cortado em blocos ou placas | 1.184.103 | 80,60 | Trigo (exceto trigo duro ou para semeadura) e trigo com centeio | 14.846.938 | 15,0 |
| Consumo de bordo – combustíveis e lubrif. para embarcações | 262.422 | 17,80 | Lamin. ferro/aço,A frio, L >= 6dm, em rolos, 0.5mm <= E <= 1mm | 12.844.095 | 13,0 |
| Quartzitos, em bruto ou desbastados | 9.500 | 0,60 | Lamin. ferro/aço, A frio, L > = 6dm, em rolos,1mm < E < 3mm | 9.723.259 | 9,8 |
| Consumo de bordo – qualquer outra mercadoria p/embarcações | 3.877 | 0,20 | Outros lamin. ferro/aço, l > = 6dm, quente, rolos, decap. E < 3mm | 9.496.451 | 9,6 |
| Shorts e sungas, de banho, de malha de fibra sintética | 3.435 | 0,20 | Coque de petróleo não calcinado | 8.278.739 | 8,3 |
| Maiôs e biquínis, de banho, de malha de fibras sintéticas | 2.870 | 0,20 | Outros pneus novos para ônibus ou caminhões | 6.010.306 | 6,0 |
| Outros óleos de cártamo | 1.662 | 0,10 | Caminhões-guindastes capacidade máxima de elevação > = 60t, haste telescópica | 3.907.327 | 3,9 |
| Vestuário para bebês e acessórios de malha de algodão | 582 | 0,04 | Pneus novos para automóveis de passageiros | 3.440.953 | 3,4 |
| Consumo de bordo – combustíveis e lubrificantes para aeronaves | 240 | 0,02 | Outras carregadoras/pás-carregadoras, de carregamento frontal | 3.421.005 | 3,4 |
| Outros peixes congelados, exceto filés, outras carnes etc. | 0 | 0,00 | Lamin. ferro/aço, quente, l > = 60cm, rolo, decap. E > = 4.75mm | 2.838.865 | 2,8 |

Fonte: Secex/MDIC.

- Arrecadação de ICMS

A arrecadação de ICMS (imposto estadual mais importante; que mostra a capacidade da arrecadação estadual) na Paraíba, a exemplo da atividade econômica, se encontra bastante concentrada, em grau ainda mais elevado que o do valor adicionado. Mais de 83% da arrecadação de ICMS provêm da região administrativa com sede em João Pessoa, outros 11% provêm da região de Campina Grande, as demais regiões contribuem, em sua maioria, com menos de 1% na arrecadação desse imposto.

Isto significa que a circulação de mercadorias e serviços está significativamente centralizada na região de João Pessoa, que se configura no grande polo de comercialização de mercadorias do estado. As regiões de Patos e de Cajazeiras contribuem com 1,28% e 1,04%, respectivamente.

TABELA 38
**Paraíba: arrecadação do ICMS e participação por RG – 2002-2008**

| Divisão geoadministrativa | ICMS 2002 | | ICMS 2008 | |
|---|---|---|---|---|
| | (R$) | (%) | (R$) | (%) |
| Total Estado da Paraíba | 673.663.402,64 | 100,0 | 1.827.079.084,64 | 100,0 |
| 1ª região: João Pessoa | 492.602.013,73 | 73,1 | 1.521.570.575,38 | 83,3 |
| 2ª região: Guarabira | 6.403.614,33 | 1,0 | 15.359.313,09 | 0,8 |
| 3ª região: Campina Grande | 119.871.727,60 | 17,8 | 201.182.392,46 | 11,0 |
| 4ª região: Cuité | 1.824.492,04 | 0,3 | 3.917.551,73 | 0,2 |
| 5ª região: Monteiro | 1.665.354,49 | 0,2 | 3.216.435,57 | 0,2 |
| 6ª região: Patos | 27.550.553,98 | 4,1 | 23.434.311,71 | 1,3 |
| 7ª região: Itaporanga | 1.342.117,39 | 0,2 | 3.914.785,20 | 0,2 |
| 8ª região: Catolé do Rocha | 2.653.460,05 | 0,4 | 8.437.693,92 | 0,5 |
| 9ª região: Cajazeiras | 9.090.484,81 | 1,4 | 18.940.340,15 | 1,0 |
| 10ª região: Sousa | 5.356.631,02 | 0,8 | 16.074.208,00 | 0,9 |
| 11ª região: Princesa Isabel | 1.115.817,46 | 0,2 | 1.406.410,74 | 0,1 |
| 12ª região: Itabaiana | 4.187.135,74 | 0,6 | 9.625.066,69 | 0,5 |

Fonte: Secretaria das Finanças – PB.

Sendo o ICMS o principal imposto arrecadado pelo governo estadual, isto significa que a arrecadação paraibana é extremamente dependente da circulação de mercadorias, efetuada na região de João Pessoa. Note-se que a parcela do recurso arrecadado do ICMS é distribuída aos municípios do estado, em proporção semelhante ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Portanto, o percentual da arrecadação não garante a receita do município, devido à forma como é distribuído o ICMS entre os municípios dos estados, bem como os incentivos fiscais concedidos em cada caso. Quando se compara o resultado anterior com a parcela do FPM, percebe-se que a capacidade de recolhimento do ICMS é inversamente proporcional à dependência do FPM (tabela 39).

TABELA 39
**Receita tributária e FPM: regiões administrativas – 2001-2007**

| RG Paraíba | FPM 2001 | Receita 2001 | % | FPM 2007 | Receita 2007 | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1ª região: João Pessoa | 114.941 | 439.025 | 26,2 | 290.836 | 1.249.389 | 23,3 |
| 2ª região: Guarabira | 61.039 | 93.130 | 65,5 | 101.122 | 275.452 | 36,7 |
| 3ª região: Campina Grande | 76.211 | 271.339 | 28,1 | 197.233 | 625.684 | 31,5 |
| 4ª região: Cuité | 17.706 | 36.933 | 47,9 | 44.406 | 77.808 | 57,1 |
| 5ª região: Monteiro | 23.903 | 38.795 | 61,6 | 62.110 | 120.238 | 51,7 |
| 6ª região: Patos | 47.165 | 79.045 | 59,7 | 91.029 | 198.670 | 45,8 |
| 7ª região: Itaporanga | 29.514 | 53.844 | 54,8 | 63.174 | 141.194 | 44,7 |
| 8ª região: Catolé do Rocha | 19.128 | 32.838 | 58,3 | 38.657 | 78.485 | 49,3 |
| 9ª região: Cajazeiras | 29.184 | 59.422 | 49,1 | 61.141 | 143.555 | 42,6 |
| 10ª região: Sousa | 22.066 | 63.279 | 34,9 | 60.119 | 167.753 | 35,8 |
| 11ª região: Princesa Isabel | 16.486 | 26.618 | 61,9 | 25.089 | 65.910 | 38,1 |
| 12ª região: Itabaiana | 27.112 | 58.302 | 46,5 | 59.240 | 152.471 | 38,9 |

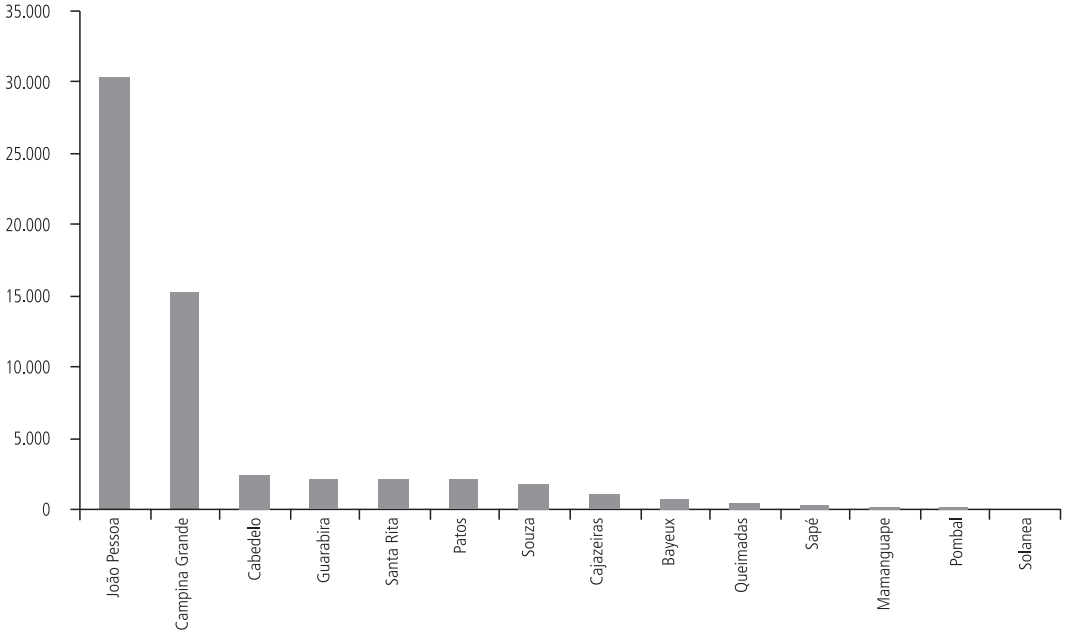
Fonte: Finanças do Brasil (Finbra)/STN. Elaboração própria.

- Mercado de trabalho: qualificação e rendimento médio

Entre 2002 e 2009, as cidades que mais criaram postos de trabalho foram aquelas de maior área urbana, como João Pessoa e Campina Grande, de acordo com o gráfico 10. Assim como ocorre com a atividade econômica do estado, a criação de empregos está, em grande medida, concentrada nas áreas metropolitanas. Cidades como Cabedelo, Guarabira, Santa Rita (RM de João Pessoa), Patos, Souza e Cajazeiras registraram um crescimento tímido no número de empregos formais quando comparadas com João Pessoa e Campina Grande. Outros municípios como Bayeux, Sapé, Queimadas, Mamanguape, Pombal e Solânea estão ainda piores em termos de geração de empregos.

Como se pôde constatar, a criação de empregos no estado está concentrada, fundamentalmente, em suas áreas metropolitanas, do mesmo modo como a qualificação e o rendimento médio dos trabalhadores são bastante desiguais entre os municípios paraibanos, cabendo aqui ressaltar alguns dados importantes. De acordo com as informações da Rais de 2008, que disponibiliza dados apenas para o mercado de trabalho formal, cerca de 1,73% dos trabalhadores paraibanos empregados no setor formal são analfabetos. Os municípios com maior número de trabalhadores analfabetos são João Pessoa, com 1.731 (0,73% de um total de 236.734 trabalhadores formais) trabalhadores sem nenhum grau de alfabetização, e Santa Rita, com 1.733 pessoas na mesma situação (ou 9,73% do total de 67.725 trabalhadores formais) (ver tabela A.1 no anexo, que também apresenta esse número para outros municípios do estado).

GRÁFICO 10
**Paraíba: empregos formais criados por municípios – 2002-2009**




Fonte: CAGED/MTE.

Entre os trabalhadores com até o quinto ano incompleto do ensino fundamental, mais uma vez, se destaca a cidade de João Pessoa, com 8.322 empregados nessa categoria, que representa aproximadamente 1,6% dos trabalhadores paraibanos e 3,5% dos de João Pessoa. Na faixa dos empregados que possui o quinto ano completo do ensino fundamental, João Pessoa também se destaca com 7.026 trabalhadores (3,0%), seguida de Campina Grande, com 3.428 trabalhadores (5,1% do total de 67.725 trabalhadores formais).

Na categoria dos trabalhadores que possuem do sexto ao nono ano incompleto do ensino fundamental, que representa 7,95% dos trabalhadores formais da Paraíba, João Pessoa possui 14.480 pessoas (6,0% do total), seguida de Campina Grande, com 6.054 (9% do total de trabalhadores formais de Campina Grande). Cabe ressaltar que o fato de João Pessoa possuir o maior número de trabalhadores em todas as categorias reflete o fato de ser a cidade mais populosa do estado.

A maior parte dos trabalhadores formais paraibanos possui o ensino médio completo, 31,15%. Também é significativa a parcela dos trabalhadores que possui o

ensino fundamental completo (18,44%), já os que possuem o ensino superior completo somam 17,82% e apenas 0,34% estão entre os que possuem doutorado e/ou mestrado.

Os maiores salários médios mensais pagos no setor formal na Paraíba estão em João Pessoa (R$ 1.128), seguido de Alhandra (R$ 1.070), Cabedelo (R$ 1.041) e Campina Grande (R$ 958,40). Diferenciado por nível de escolaridade, Cabedelo é o município que paga o maior salário médio para os trabalhadores analfabetos, R$ 695,69, em 2008, um rendimento maior do que o que recebem as pessoas com ensino fundamental em outros municípios, como Alagoa Grande (R$ 546,46) e Araruna (R$ 444,70).

É possível observar essa desigualdade de renda também quando se compara o rendimento médio dos trabalhadores com ensino médio incompleto, com o dos trabalhadores com até o quinto ano incompleto do ensino fundamental. Em João Pessoa, por exemplo, o trabalhador com ensino médio incompleto ganhou em 2008, em média, um salário de R$ 615, já o trabalhador que não chegou sequer a concluir o quinto ano incompleto do ensino fundamental no mesmo ano ganhou em média um salário de R$ 716,34, uma diferença de mais de R$ 100. Tal resultado, no entanto, não refuta a tradicional teoria do capital humano, segundo a qual os salários são diretamente proporcionais ao nível de escolaridade. O perfil setorial do emprego e outros fatores como estar sindicalizado, gênero e estrutura familiar também explicam parte dos rendimentos do trabalho e podem contribuir para o fato de um grupo de pessoas menos escolarizadas receber maiores salários do que trabalhadores com mais anos de estudo. Continuando o exame dos dados, constata-se um efeito positivo da escolaridade do trabalhador em seu salário. Os indivíduos com ensino superior ganham em média cerca R$ 2.170, quase três vezes mais o salário de um indivíduo com o quinto ano do ensino fundamental. Já com pós-graduação, o trabalhador ganha em média R$ 3.445.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresenta os primeiros resultados de um projeto conjunto de instituições estadual (Ideme), federais – Ipea e Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – e privada – Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP) – sobre a Paraíba. O objetivo foi o de avaliar o contexto socioeconômico recente estadual em duas perspectivas: de inserção regional/nacional e de distribuição setorial/regional interna.

Na perspectiva regional/nacional, a Paraíba se encontra numa situação ou posição de subdesenvolvimento em expansão, ou seja, apresenta uma taxa de crescimento do PIB anual superior à média regional e nacional, porém com um IDH ainda bastante inferior às mesmas esferas. Ao mesmo tempo, o diferencial no IDH e no crescimento estadual é ainda colocado de maneira intraestadual, quando se isola a capital do estado, demonstrando que existe uma diversidade também interna.

A dinâmica populacional paraibana é apresentada por meio do fluxo migratório interestadual, intenso e deficitário, em especial com os três estados fronteiriços: Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Neste último caso, o fluxo (negativo) se intensificou particularmente no último ano, proveniente, em parte, dos resultados positivos recentes desse estado, em termos de investimentos e crescimento econômico. Essa migração, por sua vez, tem um perfil diferenciado quando se comparam algumas características socioeconômicas entre os imigrantes e emigrantes, em particular, raça (brancos emigram mais; negros e pardos imigram mais) e escolaridade (imigrantes são mais escolarizados). Esse perfil educacional tem, ainda, efeitos sobre o mercado de trabalho e, também, sobre a estrutura do emprego nos diversos setores.

Na área da educação, o estado mostrou avanços notáveis nos últimos anos, em particular no ensino fundamental cuja frequência escolar se aproxima dos 100%. No entanto, o nível de escolarização da população do estado ainda fica abaixo das médias nacional e regional. Um esforço maior na qualificação dos docentes no ensino fundamental poderia ter impactos importantes na qualidade do sistema educacional estadual.

A dinâmica setorial favorece a prevalência dos serviços e da indústria, com a participação do emprego reafirmando a queda da parcela na agricultura (a despeito de ainda o setor agrícola representar um quarto do emprego estadual). A dinâmica produtiva da Paraíba tem permanecido estável, ao longo do período analisado, revelada, em parte, numa participação constante da sua produção no produto total regional e nacional. Em contrapartida, isso possibilitou a superação do Rio Grande do Norte como a quinta economia regional. Uma parcela desse fenômeno está relacionada ao nível de investimento estadual, ainda muito baixo, realizado pelo próprio estado e mesmo comparando aos investimentos da União (via PAC).

A dinâmica estadual é ainda avaliada por meio do fluxo de comércio interestadual e externo, revelando seu estado deficitário, concentrado em poucos produtos, em suas exportações, e com teor de maior valor agregado e diversificação, em suas importações.

A avaliação do contexto intraestadual, do ponto de vista setorial e sub-regional, é realizada por meio de variáveis semelhantes às aplicadas no contexto paraibano em termos regionais e nacional. A Paraíba é dividida em 12 RGs e, dessa forma, avaliada em termos de sua estrutura produtiva, populacional e de emprego. Do ponto de vista interno, a população, a atividade produtiva e o emprego são fortemente concentrados em duas (ou três) regiões: João Pessoa e Campina Grande. É possível encontrar, porém, diferentes dinâmicas nas diversas regiões, com variações significativas (acima da média estadual) em termos de PIB e PIB *per capita* em Monteiro, Catolé do Rocha, Cajazeiras e Sousa.

O uso de medidas de localização e especialização (quociente locacional e coeficiente de localização), regionais (coeficientes de especialização e de reestruturação) e do método diferencial-estrutural reforça a análise, fundamentando os resultados e revelando forte componente estrutural negativa fortalecida, em diversas regiões, por resultados diferenciais também negativos. Ou seja, esses resultados compreendem alterações nos padrões setoriais-regionais do crescimento no estado, bem como pode servir como referência para ações políticas produtivas.

Para finalizar, são realizadas avaliações no comércio externo, decomposto pelos principais municípios do Estado, e no mercado de trabalho das regiões estaduais. As dinâmicas comerciais associam-se a produtos específicos, em especial, *commodities.* No segundo caso, depreende-se o desnível do emprego nas diversas regiões do estado, bem como o seu perfil educacional. Mais uma vez, revela-se uma forte relação com a estrutura produtiva regional, concentrada em áreas metropolitanas, assim como um nível de qualificação e de rendimento médio do trabalho muito desigual dentro do estado.

Em suma, este estudo é base para maiores aprofundamentos futuros nas várias questões ou temas aqui analisados e contextualizados: produção, população ou demografia, educação, emprego, entre outros. Ao mesmo tempo, a partir dessa referência será possível, em outros estudos futuros, evoluir para análises mais detalhadas e para a proposição de cenários ou perspectivas futuras para o estado

## REFERÊNCIAS

AZZONI, C. *et al.* Geografia e convergência da renda entre os estados brasileiros. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

FIEP. Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. **Fluxos de comércio da Paraíba**. 2008. Disponível em: <http:\www.fiepb.org.br/fluxodecomercio>

HADDAD, P. *et al*. **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1989.

IBGE. **Contas Regionais do Brasil**: 2003-2007, Rio de Janeiro, n. 28. 2009.

_____. **REGIC**. Regiões de influência das cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>. Acessado em: set. 2010a.

_____. **Divisões regionais do estado**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acessado em: set. 2010b.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. **Microdados**, vários anos, 2010c.

_____. **Síntese dos indicadores socioeconômicos no Brasil**. Rio de Janeiro, 2010d.

ICE. **Relatório Executivo**: Índice de Competitividade Estadual. Brasília, mar. 2006. p. 12.

IDEME. **Anuário Estatístico da Paraíba**, v. 34, 2008.

IPEA/IBGE/UNICAMP. **Série caracterização da rede urbana do Brasil**. 6 v. Brasília, 2002.

MPOG/CGEE. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**. 6 v. Brasília, 2008.

# ANEXO

TABELA A.1
**Paraíba: trabalhadores formais – rendimento médio e horas contratadas – segundo o grau de instrução por municípios**

| Município | Frequência | Média de rendimento médio (R$) | Média de horas contratadas |
|---|---|---|---|
| | | Analfabeto | |
| Alagoa Grande | 11 | 457,48 | 44,00 |
| Araruna | 9 | 451,29 | 43,11 |
| Areia | 35 | 410,05 | 40,40 |
| Bananeiras | 46 | 404,61 | 42,00 |
| Bayeux | 104 | 601,04 | 41,23 |
| Cabedelo | 103 | 456,18 | 43,53 |
| Cajazeiras | 38 | 485,10 | 43,82 |
| Campina Grande | 384 | 483,91 | 43,73 |
| Catolé do Rocha | 19 | 498,69 | 40,74 |
| Guarabira | 141 | 481,19 | 42,58 |
| Itabaiana | 26 | 591,57 | 42,08 |
| João Pessoa | 1.731 | 546,99 | 42,10 |
| Lucena | 107 | 695,69 | 43,59 |
| Patos | 309 | 473,52 | 34,14 |
| Pombal | 14 | 471,69 | 44,00 |
| Princesa Isabel | 26 | 502,30 | 40,15 |
| Santa Luzia | 18 | 499,71 | 40,22 |
| Santa Rita | 1.733 | 653,84 | 43,98 |
| Solânea | 12 | 444,08 | 39,67 |
| Soledade | 34 | 456,36 | 44,00 |
| Teixeira | 25 | 453,48 | 40,16 |
| Total[1] | 8.883 | 561,76 | 42,00 |
| | | Até 5. a inc. | |
| Alagoa Grande | 31 | 510,42 | 43,87 |
| Araruna | 45 | 458,98 | 37,87 |
| Areia | 34 | 542,67 | 43,65 |
| Bananeiras | 87 | 432,54 | 41,36 |
| Bayeux | 618 | 593,41 | 41,48 |
| Cabedelo | 825 | 524,77 | 43,51 |
| Cajazeiras | 271 | 559,00 | 42,63 |
| Campina Grande | 2.815 | 667,11 | 41,37 |
| Catolé do Rocha | 85 | 528,78 | 41,08 |
| Guarabira | 455 | 509,62 | 43,02 |
| Itabaiana | 94 | 480,49 | 40,19 |

(continua)

(continuação)

| Município | Frequência | Média de rendimento médio (R$) | Média de horas contratadas |
|---|---|---|---|
| | | Até 5. a inc. | |
| João Pessoa | 8.322 | 716,34 | 41,52 |
| Lucena | 491 | 674,25 | 43,15 |
| Patos | 397 | 523,68 | 43,35 |
| Pombal | 68 | 449,12 | 44,00 |
| Princesa Isabel | 82 | 542,38 | 40,24 |
| Santa Luzia | 78 | 520,75 | 42,26 |
| Santa Rita | 3.223 | 713,22 | 43,99 |
| Solânea | 52 | 488,49 | 40,23 |
| Soledade | 80 | 463,55 | 43,95 |
| Teixeira | 7 | 562,96 | 41,14 |
| Total[1] | 36.229 | 618,36 | 41,78 |
| | | 5. a co. fund. | |
| Alagoa Grande | 27 | 593,51 | 43,85 |
| Araruna | 182 | 445,57 | 36,86 |
| Areia | 22 | 522,70 | 43,64 |
| Bananeiras | 90 | 470,46 | 40,49 |
| Bayeux | 534 | 539,58 | 41,44 |
| Cabedelo | 636 | 656,10 | 42,79 |
| Cajazeiras | 316 | 568,20 | 41,38 |
| Campina Grande | 3.428 | 630,12 | 40,72 |
| Catolé do Rocha | 61 | 561,82 | 41,38 |
| Guarabira | 384 | 566,68 | 43,17 |
| Itabaiana | 100 | 472,45 | 33,84 |
| João Pessoa | 7.026 | 653,44 | 42,43 |
| Lucena | 147 | 559,51 | 41,47 |
| Patos | 385 | 617,18 | 43,59 |
| Pombal | 43 | 636,06 | 42,88 |
| Princesa Isabel | 38 | 548,62 | 40,32 |
| Santa Luzia | 62 | 522,44 | 42,13 |
| Santa Rita | 1.555 | 652,42 | 43,91 |
| Solânea | 48 | 454,93 | 41,83 |
| Soledade | 37 | 494,03 | 43,78 |
| Teixeira | 3 | 288,93 | 42,67 |
| Total[1] | 26.323 | 603,85 | 40,82 |
| | | 6. a 9. fund. | |
| Alagoa Grande | 24 | 571,87 | 44,00 |
| Araruna | 122 | 445,49 | 37,38 |
| Areia | 25 | 476,08 | 43,36 |

(continua)

(continuação)

| Município | Frequência | Média de rendimento médio (R$) | Média de horas contratadas |
|---|---|---|---|
| | | 6. a 9. fund. | |
| Bananeiras | 137 | 449,73 | 40,61 |
| Bayeux | 743 | 582,32 | 43,16 |
| Cabedelo | 1.180 | 585,39 | 43,49 |
| Cajazeiras | 531 | 525,01 | 43,46 |
| Campina Grande | 6.054 | 631,62 | 41,28 |
| Catolé do Rocha | 215 | 502,31 | 42,58 |
| Guarabira | 923 | 504,20 | 43,46 |
| Itabaiana | 285 | 465,67 | 33,67 |
| João Pessoa | 14.480 | 671,60 | 40,82 |
| Lucena | 219 | 572,61 | 42,89 |
| Patos | 711 | 514,54 | 43,27 |
| Pombal | 59 | 460,31 | 43,15 |
| Princesa Isabel | 75 | 503,98 | 41,17 |
| Santa Luzia | 162 | 492,07 | 41,41 |
| Santa Rita | 1.662 | 618,92 | 43,72 |
| Solânea | 40 | 482,98 | 38,65 |
| Soledade | 142 | 476,30 | 43,44 |
| Teixeira | 104 | 507,69 | 39,88 |
| Total[1] | 40.813 | 615,61 | 41,03 |
| | | Fundamental completo | |
| Alagoa Grande | 61 | 546,46 | 41,33 |
| Araruna | 51 | 444,70 | 39,61 |
| Areia | 43 | 499,32 | 40,19 |
| Bananeiras | 120 | 456,73 | 40,60 |
| Bayeux | 790 | 616,97 | 43,48 |
| Cabedelo | 1.642 | 696,61 | 41,68 |
| Cajazeiras | 503 | 510,11 | 43,45 |
| Campina Grande | 8.423 | 580,55 | 43,45 |
| Catolé do Rocha | 117 | 512,79 | 41,08 |
| Guarabira | 866 | 499,15 | 42,61 |
| Itabaiana | 149 | 482,21 | 36,29 |
| João Pessoa | 64.197 | 953,13 | 33,71 |
| Lucena | 135 | 488,63 | 41,13 |
| Patos | 737 | 583,17 | 42,74 |
| Pombal | 86 | 498,82 | 43,12 |
| Princesa Isabel | 156 | 475,83 | 41,23 |
| Santa Luzia | 163 | 489,76 | 40,92 |
| Santa Rita | 1.339 | 614,12 | 43,76 |

(continua)

(continuação)

| Município | Frequência | Média de rendimento médio (R$) | Média de horas contratadas |
|---|---|---|---|
| | Fundamental completo | | |
| Solânea | 74 | 471,89 | 41,77 |
| Soledade | 109 | 512,24 | 43,23 |
| Teixeira | 76 | 524,99 | 38,86 |
| Total[1] | 94.666 | 828,35 | 36,04 |
| | Médio incompleto | | |
| Alagoa Grande | 517 | 523,18 | 43,93 |
| Araruna | 41 | 461,11 | 43,90 |
| Areia | 46 | 481,41 | 43,17 |
| Bananeiras | 42 | 455,76 | 40,67 |
| Bayeux | 1.181 | 544,66 | 43,11 |
| Cabedelo | 825 | 611,70 | 43,23 |
| Cajazeiras | 293 | 511,56 | 42,92 |
| Campina Grande | 6.497 | 594,61 | 43,06 |
| Catolé do Rocha | 135 | 537,88 | 42,55 |
| Guarabira | 543 | 550,45 | 43,23 |
| Itabaiana | 246 | 444,24 | 40,39 |
| João Pessoa | 10.997 | 615,02 | 42,76 |
| Lucena | 97 | 551,02 | 42,68 |
| Patos | 631 | 554,72 | 42,68 |
| Pombal | 92 | 445,54 | 43,35 |
| Princesa Isabel | 75 | 503,29 | 40,11 |
| Santa Luzia | 157 | 517,69 | 41,38 |
| Santa Rita | 1.138 | 705,02 | 43,24 |
| Solânea | 18 | 736,29 | 39,11 |
| Soledade | 68 | 475,04 | 42,78 |
| Teixeira | 53 | 525,21 | 39,53 |
| Total[1] | 33.491 | 584,56 | 42,26 |
| | Médio completo | | |
| Alagoa Grande | 243 | 570,85 | 42,72 |
| Araruna | 184 | 536,68 | 41,30 |
| Areia | 904 | 568,68 | 40,05 |
| Bananeiras | 251 | 546,98 | 39,94 |
| Bayeux | 3.345 | 661,99 | 41,11 |
| Cabedelo | 4.326 | 872,87 | 41,97 |
| Cajazeiras | 1.617 | 595,67 | 42,74 |
| Campina Grande | 23.719 | 730,58 | 42,08 |
| Catolé do Rocha | 1.226 | 528,12 | 42,54 |
| Guarabira | 2.459 | 584,62 | 40,80 |

(continua)

(continuação)

| Município | Frequência | Média de rendimento médio (R$) | Média de horas contratadas |
|---|---|---|---|
| | | Médio completo | |
| Itabaiana | 600 | 562,59 | 34,57 |
| João Pessoa | 67.972 | 817,19 | 41,93 |
| Lucena | 310 | 690,62 | 39,61 |
| Patos | 3.578 | 629,25 | 41,32 |
| Pombal | 1.074 | 638,70 | 40,69 |
| Princesa Isabel | 503 | 546,14 | 39,52 |
| Santa Luzia | 306 | 549,30 | 41,72 |
| Santa Rita | 5.848 | 721,08 | 41,78 |
| Solânea | 1.177 | 623,17 | 40,22 |
| Soledade | 237 | 567,97 | 40,50 |
| Teixeira | 258 | 588,82 | 38,43 |
| Total[1] | 159.906 | 730,07 | 40,95 |
| | | Superior incompleto | |
| Alagoa Grande | 14 | 2.558,47 | 34,50 |
| Araruna | 80 | 712,74 | 26,83 |
| Areia | 13 | 831,53 | 33,62 |
| Bananeiras | 32 | 931,06 | 39,63 |
| Bayeux | 273 | 1.243,10 | 40,06 |
| Cabedelo | 408 | 1.176,12 | 42,06 |
| Cajazeiras | 203 | 872,07 | 39,07 |
| Campina Grande | 2.548 | 1.039,21 | 37,77 |
| Catolé do Rocha | 56 | 985,91 | 37,27 |
| Guarabira | 262 | 930,50 | 38,52 |
| Itabaiana | 59 | 868,12 | 31,78 |
| João Pessoa | 11.261 | 1.090,46 | 35,39 |
| Lucena | 45 | 637,51 | 35,07 |
| Patos | 332 | 1.188,33 | 39,93 |
| Pombal | 36 | 1.664,50 | 39,31 |
| Princesa Isabel | 18 | 703,96 | 41,33 |
| Santa Luzia | 52 | 756,79 | 40,12 |
| Santa Rita | 177 | 1.205,37 | 38,46 |
| Solânea | 21 | 1.789,26 | 36,05 |
| Soledade | 47 | 732,42 | 36,91 |
| Teixeira | 38 | 779,69 | 32,61 |
| Total[1] | 19.758 | 1.045,99 | 36,64 |
| | | Superior completo | |
| Alagoa Grande | 308 | 885,00 | 41,63 |
| Araruna | 92 | 893,62 | 31,96 |

(continua)

(continuação)

| Município | Frequência | Média de rendimento médio (R$) | Média de horas contratadas |
|---|---|---|---|
| | Superior completo | | |
| Areia | 170 | 1.115,57 | 36,45 |
| Bananeiras | 336 | 722,93 | 39,96 |
| Bayeux | 1.687 | 1.274,79 | 38,87 |
| Cabedelo | 2.325 | 2.228,88 | 39,76 |
| Cajazeiras | 1.106 | 1.059,35 | 37,61 |
| Campina Grande | 12.817 | 1.763,22 | 32,24 |
| Catolé do Rocha | 251 | 922,07 | 33,94 |
| Guarabira | 766 | 1.092,24 | 30,29 |
| Itabaiana | 229 | 1.153,47 | 30,06 |
| João Pessoa | 50.258 | 2.170,31 | 34,00 |
| Lucena | 125 | 863,19 | 35,55 |
| Patos | 1.571 | 1.162,62 | 34,48 |
| Pombal | 209 | 1.395,34 | 37,06 |
| Princesa Isabel | 170 | 1.271,79 | 40,15 |
| Santa Luzia | 213 | 1.056,55 | 39,35 |
| Santa Rita | 896 | 1.623,74 | 38,01 |
| Solânea | 76 | 1.860,82 | 39,26 |
| Soledade | 115 | 923,02 | 32,89 |
| Teixeira | 156 | 1.019,62 | 29,88 |
| Total1 | 91.501 | 1.824,40 | 34,37 |
| | Mestrado | | |
| Alagoa Grande | 1 | 504,00 | 44,00 |
| Araruna | 0 | - | - |
| Areia | 0 | - | - |
| Bananeiras | 0 | - | - |
| Bayeux | 2 | 1.443,96 | 43,00 |
| Cabedelo | 16 | 6.781,40 | 34,81 |
| Cajazeiras | 54 | 1.149,78 | 38,96 |
| Campina Grande | 729 | 4.582,63 | 34,16 |
| Catolé do Rocha | 0 | - | - |
| Guarabira | 2 | 451,66 | 44,00 |
| Itabaiana | 1 | 408,46 | 44,00 |
| João Pessoa | 415 | 2.068,90 | 24,70 |
| Lucena | 0 | - | - |
| Patos | 12 | 1.877,65 | 20,25 |
| Pombal | 1 | 503,95 | 40,00 |
| Princesa Isabel | 0 | - | - |
| Santa Luzia | 0 | - | - |

(continua)

(continuação)

| Município | Frequência | Média de rendimento médio (R$) | Média de horas contratadas |
|---|---|---|---|
| | | Mestrado | |
| Santa Rita | 7 | 6.763,05 | 38,00 |
| Solânea | 0 | - | - |
| Soledade | 0 | - | - |
| Teixeira | 0 | - | - |
| Total[1] | 1.291 | 3.505,25 | 31,45 |
| | | Doutorado | |
| Alagoa Grande | 0 | - | - |
| Araruna | 1 | 1.167,35 | 40,00 |
| Areia | 0 | - | - |
| Bananeiras | 2 | 787,61 | 42,00 |
| Bayeux | 0 | - | - |
| Cabedelo | 1 | 8.362,77 | 36,00 |
| Cajazeiras | 71 | 838,06 | 40,34 |
| Campina Grande | 311 | 7.042,78 | 35,26 |
| Catolé do Rocha | 0 | - | - |
| Guarabira | 0 | - | - |
| Itabaiana | 0 | - | - |
| João Pessoa | 75 | 3.442,29 | 27,19 |
| Lucena | 2 | 2.020,02 | 44,00 |
| Patos | 0 | - | - |
| Pombal | 0 | - | - |
| Princesa Isabel | 0 | - | - |
| Santa Luzia | 0 | - | - |
| Santa Rita | 0 | - | - |
| Solânea | 0 | - | - |
| Soledade | 0 | - | - |
| Teixeira | 0 | - | - |
| Total[1] | 478 | 5.353,35 | 35,05 |

Fonte: Rais de 2008/MTE.

Nota: [1] Referente ao número total do estado.

TABELA A.2

**Paraíba: pessoal ocupado nos setores de atividade econômica entre 2002 e 2009**

(Por mil pessoas)

| Setores | Anos | | |
|---|---|---|---|
| | 2002 | 2005 | 2009 |
| Agrícola | 540 | 521 | 374 |
| Indústria | 152 | 177 | 178 |
| Construção | 90 | 70 | 118 |
| Comércio e reparação | 219 | 259 | 250 |
| Alojamento e alimentação | 43 | 52 | 57 |
| Transporte, armazenagem e comunicação | 54 | 55 | 52 |
| Administração pública | 94 | 110 | 118 |
| Educação, saúde e serviços sociais | 137 | 144 | 156 |
| Serviços domésticos | 96 | 136 | 126 |
| Outros serviços coletivos, sociais e pessoais | 43 | 47 | 53 |
| Outras atividades | 51 | 65 | 60 |
| Outros serviços coletivos, sociais e pessoais | 59 | 77 | 60 |
| Total | 1.527 | 1.650 | 1.546 |

Fonte: PNAD/IBGE.

TABELA A.3
**Paraíba: PIB por setor e região administrativa**

| Setor/região | 1ª região | | 2ª região | | 3ª região | | 4ª região | | 5ª região | | 6ª região | | 7ª região | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2002 | 2007 | 2002 | 2007 | 2002 | 2007 | 2002 | 2007 | 2002 | 2007 | 2002 | 2007 | 2002 | 2007 |
| Agropecuária | 240.631 | 304.585 | 97.907 | 146.703 | 151.447 | 230.652 | 17.887 | 32.524 | 35.639 | 48.715 | 33.926 | 47.640 | 43.638 | 46.007 |
| Indústria | 1.634.181 | 2.530.397 | 68.582 | 150.359 | 626.981 | 1.149.515 | 18.048 | 37.740 | 20.357 | 44.183 | 66.341 | 131.886 | 27.271 | 52.615 |
| Serviços | 3.804.743 | 7.127.747 | 424.526 | 786.443 | 1.556.211 | 2.947.237 | 150.163 | 252.101 | 154.966 | 318.610 | 360.036 | 640.781 | 196.507 | 349.693 |
| Total | 5.679.555 | 9.962.729 | 591.015 | 1.083.505 | 2.334.639 | 4.327.404 | 186.098 | 322.365 | 210.962 | 411.508 | 460.303 | 820.307 | 267.416 | 448.315 |
| QL agro. | 0,56 | 0,55 | 2,18 | 2,41 | 0,86 | 0,95 | 1,27 | 1,80 | 2,23 | 2,11 | 0,97 | 1,04 | 2,15 | 1,83 |
| QL ind. | 1,22 | 1,13 | 0,49 | 0,62 | 1,14 | 1,19 | 0,41 | 0,52 | 0,41 | 0,48 | 0,61 | 0,72 | 0,43 | 0,52 |
| QL serv. | 0,97 | 0,99 | 1,04 | 1,01 | 0,97 | 0,95 | 1,17 | 1,09 | 1,07 | 1,08 | 1,14 | 1,08 | 1,07 | 1,08 |
| Estrutura setorial do PIB | | | | | | | | | | | | | | |
| Agropecuária | 4,2 | 3,1 | 16,6 | 13,5 | 6,5 | 5,3 | 9,6 | 10,1 | 16,9 | 11,8 | 7,4 | 5,8 | 16,3 | 10,3 |
| Indústria | 28,8 | 25,4 | 11,6 | 13,9 | 26,9 | 26,6 | 9,7 | 11,7 | 9,6 | 10,7 | 14,4 | 16,1 | 10,2 | 11,7 |
| Serviços | 67,0 | 71,5 | 71,8 | 72,6 | 66,7 | 68,1 | 80,7 | 78,2 | 73,5 | 77,4 | 78,2 | 78,1 | 73,5 | 78,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| CE | 0,051 | 0,030 | 0,120 | 0,08515 | 0,032265 | 0,04172 | 0,13931 | 0,1068 | 0,140 | 0,1166 | 0,09428 | 0,0631 | 0,13431 | 0,1066 |
| CR | 0,046 | | 0,0303 | | 0,014489 | | 0,02487 | | 0,0506 | | 0,01665 | | 0,06056 | |
| Estrutura regional do PIB | | | | | | | | | | | | | | |
| Agropecuária | 28,5 | 27,2 | 11,6 | 13,1 | 18,0 | 20,6 | 2,1 | 2,9 | 4,2 | 4,4 | 4,0 | 4,3 | 5,2 | 4,1 |
| Indústria | 62,2 | 56,7 | 2,6 | 3,4 | 23,8 | 25,8 | 0,7 | 0,8 | 0,8 | 1,0 | 2,5 | 3,0 | 1,0 | 1,2 |
| Serviços | 49,7 | 49,7 | 5,5 | 5,5 | 20,3 | 20,5 | 2,0 | 1,8 | 2,0 | 2,2 | 4,7 | 4,5 | 2,6 | 2,4 |
| Total | 51,0 | 50,0 | 5,3 | 5,4 | 21,0 | 21,7 | 1,7 | 1,6 | 1,9 | 2,1 | 4,1 | 4,1 | 2,4 | 2,2 |
| CL agro. | 0,257 | 0,158 | | | | | | | | | | | | |
| CL ind. | 0,270 | 0,108 | | | | | | | | | | | | |
| CL serv. | 0,024 | 0,018 | | | | | | | | | | | | |

(continua)

(continuação)

| Setor/região | 8ª região | | 9ª região | | 10ª região | | 11ª região | | 12ª região | | Total PB | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2002 | 2007 | 2002 | 2007 | 2002 | 2007 | 2002 | 2007 | 2002 | 2007 | 2002 | 2007 |
| Agropecuária | 16.235 | 23.723 | 29.113 | 27.885 | 39.843 | 50.097 | 25.450 | 24.043 | 111.875 | 135.663 | 843.591 | 1.118.235 |
| Indústria | 25.608 | 59.250 | 39.940 | 88.681 | 45.684 | 88.202 | 10.366 | 25.816 | 45.749 | 105.122 | 2.629.107 | 4.463.768 |
| Serviços | 148.302 | 283.235 | 263.603 | 533.282 | 259.191 | 500.037 | 95.928 | 177.827 | 239.706 | 435.589 | 7.653.882 | 14.352.582 |
| Total | 190.145 | 366.208 | 332.656 | 649.848 | 344.718 | 638.336 | 131.744 | 227.686 | 397.330 | 676.374 | 11.126.580 | 19.934.585 |
| QL agro. | 1,13 | 1,15 | 1,15 | 0,76 | 1,52 | 1,40 | 2,55 | 1,88 | 3,71 | 3,58 | | |
| QL ind. | 0,57 | 0,72 | 0,51 | 0,61 | 0,56 | 0,62 | 0,33 | 0,51 | 0,49 | 0,69 | | |
| QL serv. | 1,13 | 1,07 | 1,15 | 1,14 | 1,09 | 1,09 | 1,06 | 1,08 | 0,88 | 0,89 | | |
| Estrutura setorial do PIB | | | | | | | | | | | | |
| Agropecuária | 8,5 | 6,5 | 8,8 | 4,3 | 11,6 | 7,8 | 19,3 | 10,6 | 28,2 | 20,1 | 7,6 | 5,6 |
| Indústria | 13,5 | 16,2 | 12,0 | 13,6 | 13,3 | 13,8 | 7,9 | 11,3 | 11,5 | 15,5 | 23,6 | 22,4 |
| Serviços | 78,0 | 77,3 | 79,2 | 82,1 | 75,2 | 78,3 | 72,8 | 78,1 | 60,3 | 64,4 | 68,8 | 72,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| CE | 0,10161 | 0,06213 | 0,11623 | 0,10064 | 0,0914 | 0,08575 | 0,1576 | 0,1105 | 0,20575 | 0,1444787 | | |
| CR | 0,02712 | | 0,04461 | | 0,0371 | | 0,0876 | | 0,08099 | | | |
| Estrutura regional do PIB | | | | | | | | | | | | |
| Agropecuária | 1,9 | 2,1 | 3,5 | 2,5 | 4,7 | 4,5 | 3,0 | 2,2 | 13,3 | 12,1 | 100 | 100 |
| Indústria | 1,0 | 1,3 | 1,5 | 2,0 | 1,7 | 2,0 | 0,4 | 0,6 | 1,7 | 2,4 | 100 | 100 |
| Serviços | 1,9 | 2,0 | 3,4 | 3,7 | 3,4 | 3,5 | 1,3 | 1,2 | 3,1 | 3,0 | 100 | 100 |
| Total | 1,7 | 1,8 | 3,0 | 3,3 | 3,1 | 3,2 | 1,2 | 1,1 | 3,6 | 3,4 | 100 | 100 |
| CL agro. | | | | | | | | | | | | |
| CL ind. | | | | | | | | | | | | |
| CL serv. | | | | | | | | | | | | |

fontes: IBGE e Ideme.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2012

## EDITORIAL

**Coordenação**
Cláudio Passos de Oliveira

**Supervisão**
Andrea Bossle de Abreu

**Revisão**
Cristina Celia Alcantara Possidente
Eliezer Moreira
Elisabete de Carvalho Soares
Fabiana da Silva Matos
Lucia Duarte Moreira
Luciana Nogueira Duarte
Míriam Nunes da Fonseca

**Editoração**
Roberto das Chagas Campos
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna
Maria Hosana Carneiro Cunha

**Capa**
Luís Cláudio Cardoso da Silva

**Projeto Gráfico**
Renato Rodrigues Bueno

**Livraria do Ipea**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br
Tiragem: 500 exemplares

**Missão do Ipea**
Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ISSN 1415-4765

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA